



Centro Administrativo

SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ SC

**Auditor Estadual de
Finanças Públicas - Direito
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-SC**, cargo de **Auditor Estadual de Finanças Públicas - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/kpm4SXB2CcTyegP68>

1- ABCDE	21- ABCDE	41- ABCDE	61- ABCDE	81- ABCDE	101- ABCDE	121- ABCDE	141- ABCDE	161- ABCDE
2- ABCDE	22- ABCDE	42- ABCDE	62- ABCDE	82- ABCDE	102- ABCDE	122- ABCDE	142- ABCDE	162- ABCDE
3- ABCDE	23- ABCDE	43- ABCDE	63- ABCDE	83- ABCDE	103- ABCDE	123- ABCDE	143- ABCDE	163- ABCDE
4- ABCDE	24- ABCDE	44- ABCDE	64- ABCDE	84- ABCDE	104- ABCDE	124- ABCDE	144- ABCDE	164- ABCDE
5- ABCDE	25- ABCDE	45- ABCDE	65- ABCDE	85- ABCDE	105- ABCDE	125- ABCDE	145- ABCDE	165- ABCDE
6- ABCDE	26- ABCDE	46- ABCDE	66- ABCDE	86- ABCDE	106- ABCDE	126- ABCDE	146- ABCDE	166- ABCDE
7- ABCDE	27- ABCDE	47- ABCDE	67- ABCDE	87- ABCDE	107- ABCDE	127- ABCDE	147- ABCDE	167- ABCDE
8- ABCDE	28- ABCDE	48- ABCDE	68- ABCDE	88- ABCDE	108- ABCDE	128- ABCDE	148- ABCDE	168- ABCDE
9- ABCDE	29- ABCDE	49- ABCDE	69- ABCDE	89- ABCDE	109- ABCDE	129- ABCDE	149- ABCDE	169- ABCDE
10- ABCDE	30- ABCDE	50- ABCDE	70- ABCDE	90- ABCDE	110- ABCDE	130- ABCDE	150- ABCDE	170- ABCDE
11- ABCDE	31- ABCDE	51- ABCDE	71- ABCDE	91- ABCDE	111- ABCDE	131- ABCDE	151- ABCDE	171- ABCDE
12- ABCDE	32- ABCDE	52- ABCDE	72- ABCDE	92- ABCDE	112- ABCDE	132- ABCDE	152- ABCDE	172- ABCDE
13- ABCDE	33- ABCDE	53- ABCDE	73- ABCDE	93- ABCDE	113- ABCDE	133- ABCDE	153- ABCDE	173- ABCDE
14- ABCDE	34- ABCDE	54- ABCDE	74- ABCDE	94- ABCDE	114- ABCDE	134- ABCDE	154- ABCDE	174- ABCDE
15- ABCDE	35- ABCDE	55- ABCDE	75- ABCDE	95- ABCDE	115- ABCDE	135- ABCDE	155- ABCDE	175- ABCDE
16- ABCDE	36- ABCDE	56- ABCDE	76- ABCDE	96- ABCDE	116- ABCDE	136- ABCDE	156- ABCDE	176- ABCDE
17- ABCDE	37- ABCDE	57- ABCDE	77- ABCDE	97- ABCDE	117- ABCDE	137- ABCDE	157- ABCDE	177- ABCDE
18- ABCDE	38- ABCDE	58- ABCDE	78- ABCDE	98- ABCDE	118- ABCDE	138- ABCDE	158- ABCDE	178- ABCDE
19- ABCDE	39- ABCDE	59- ABCDE	79- ABCDE	99- ABCDE	119- ABCDE	139- ABCDE	159- ABCDE	179- ABCDE
20- ABCDE	40- ABCDE	60- ABCDE	80- ABCDE	100- ABCDE	120- ABCDE	140- ABCDE	160- ABCDE	180- ABCDE

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/p5o2t7>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4z7vkk1>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Num mundo inundado de informações irrelevantes, clareza é poder. Em teoria, qualquer um pode se juntar ao debate sobre o futuro da humanidade, mas é muito difícil manter uma visão lúcida. Muitas vezes, nem sequer percebemos que um debate está acontecendo, ou quais são suas questões cruciais. Bilhões de nós dificilmente podem se permitir o “luxo” de investigá-las, pois temos coisas mais urgentes para fazer, como trabalhar, tomar conta das crianças, ou cuidar dos pais idosos. Infelizmente, a história não poupa ninguém. Se o futuro da humanidade for decidido em sua ausência, porque você está ocupado demais alimentando e vestindo seus filhos – você e eles não estarão eximidos das consequências. Isso é muito injusto, mas quem disse que a história é justa?

Como historiador, não posso dar às pessoas alimento ou roupas – mas posso tentar oferecer alguma clareza, ajudando assim a equilibrar o jogo global. Se isso capacitar ao menos mais um punhado de pessoas a participar do debate sobre o futuro da nossa espécie, terei realizado minha tarefa.

Meu primeiro livro, *Sapiens*, investigou o passado humano, examinando como um macaco insignificante dominou a Terra. *Homo Deus*, meu segundo livro, explorou o futuro da vida a longo prazo, contemplando como os humanos finalmente se tornarão deuses, e qual pode ser o destino final da inteligência e da consciência.

Neste livro quero analisar mais de perto o aqui e o agora. Meu foco está nas questões atuais e no futuro imediato das sociedades humanas. O que está acontecendo neste momento? Quais são os maiores desafios e escolhas de hoje? Qual deve ser o foco de nossa atenção? O que devemos ensinar a nossos filhos?

HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 11-12.

1. Ao analisar o atual debate sobre o futuro da humanidade, o autor considera que
 - a) é fácil perceber que há uma importante discussão ocorrendo.
 - b) cuidar da família é um luxo que poucas pessoas obtêm.
 - c) tem algum poder para ajudar a equilibrar o jogo global.
 - d) o futuro da humanidade já está definido.
 - e) a história, apesar de não parecer, é sempre justa.
2. Consideradas as ideias expostas no texto, identifica-se uma oposição entre:
 - a) debater sobre o futuro da humanidade e manter uma visão lúcida
 - b) tomar conta das crianças e cuidar dos pais idosos
 - c) investigar o passado humano e um macaco insignificante dominar a Terra
 - d) o que está acontecendo neste momento e os maiores desafios de hoje
 - e) o foco de nossa atenção e o ensinamento de nossos filhos
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - a) investigou o passado humano = condenou a história da humanidade
 - b) futuro da vida a longo prazo = destino imediato da existência humana
 - c) um punhado de pessoas = um pequeno grupo de indivíduos
 - d) inundado de informações irrelevantes = desprovido de informações importantes
 - e) a história não poupa ninguém = os eventos históricos não reduzem a nossa importância

4. Exerce a função sintática de sujeito o termo sublinhado na seguinte oração:

- a) manter uma visão lúcida.
- b) a história não poupa ninguém
- c) não estarão eximidos das consequências
- d) quem disse que a história é justa
- e) Sapiens, investigou o passado humano

“Bilhões de nós dificilmente podem se permitir o ‘luxo’ de investigá-las, pois temos coisas mais urgentes para fazer, como trabalhar, tomar conta das crianças, ou cuidar dos pais idosos.” (1ª PARÁGRAFO)

5. No contexto em que se encontram, os elementos sublinhados expressam, respectivamente, ideia de

- a) explicação e exemplificação
- b) causa e causa
- c) causa e conformidade
- d) explicação e comparação
- e) conclusão e comparação

- podem se permitir o “luxo” de investigá-las

- Se o futuro da humanidade for decidido em sua ausência

- Isso é muito injusto

6. Os termos sublinhados acima referem-se no contexto, respectivamente, a:

- a) informações irrelevantes – o leitor – consequências
- b) informações irrelevantes – humanidade – o fato de o leitor alimentar e vestir seus filhos
- c) questões cruciais – o leitor – leitor e filhos não serão eximidos das consequências
- d) questões cruciais – história – o fato de o leitor alimentar e vestir seus filhos
- e) coisas mais urgentes – o leitor – leitor e filhos não serão eximidos das consequências

TEXTO 2

A viajante

Com franqueza, não me animo a dizer que você não vá.

Eu, que sempre andei no rumo de minhas venetas, e tantas vezes troquei o sossego de uma casa pelo assanhamento triste dos ventos da vagabundagem, eu não direi que fique.

Em minhas andanças, eu quase nunca soube se estava fugindo de alguma coisa ou caçando outra. Você talvez esteja fugindo de si mesma, e a si mesma caçando; nesta brincadeira boba passamos todos, os inquietos, a maior parte da vida – e às vezes reparamos que é ela que se vai, está sempre indo, e nós (às vezes) estamos apenas quietos, vazios, parados, ficando. Assim estou eu. E não é sem melancolia que me preparo para ver você sumir na curva do rio – você que não chegou a entrar na minha vida, que não pisou na minha barraca, mas, por um instante, deu um movimento mais alegre à corrente, mais brilho às espumas e mais doçura ao murmúrio das águas. Foi um belo momento, que resultou triste, mas passou.

Apenas quero que dentro de si mesma haja, na hora de partir, uma determinação austera e suave de não esperar muito; de não pedir à viagem alegrias muito maiores que a de alguns momentos. Como este, sempre maravilhoso, em que no bojo da noite, na poltrona de um avião ou de um trem, ou no convés de um navio, a gente sente que não está deixando apenas uma cidade, mas uma parte da vida, uma pequena multidão de caras e problemas e inquietações que pareciam eternas e fatais e, de repente, somem como a nuvem que fica para trás. Esse instante de libertação é a grande recompensa do vagabundo; só mais tarde ele sente que uma pessoa é feita de muitas almas, e que várias, dele, ficaram penando na cidade abandonada. E há também instantes bons, em terra estrangeira melhores que o das excitações e descobertas, e as súbitas visões de beleza sonhadas. São aqueles momentos mansos em que, de uma janela ou da mesa de um bar, ele vê, de repente, a cidade estranha, no palor do crepúsculo, respirar suavemente como velha amiga, e reconhece que aquele perfil de casas e chaminés já é um pouco, e docemente, coisa sua.

[...]

7. Segundo o texto, ao sair de sua cidade,

- a) o viajante jamais poderá reconhecer a terra estrangeira como sendo parte de si.
- b) é possível se libertar de uma vida inteira de problemas e inquietações.
- c) reconhece-se que a experiência de conhecer uma cidade estrangeira é sempre mais gratificante do que os momentos de despedida.
- d) o viajante deixa para trás não apenas um lugar, mas também um fragmento de sua vida.
- e) o que se quer é apenas escapar de conflitos pessoais que o acompanham.

ele vê, de repente, a cidade estranha, no palor do crepúsculo, respirar suavemente como velha amiga... (4º parágrafo)

8. No trecho acima, observa-se a figura de linguagem conhecida como

- a) antítese
- b) eufemismo
- c) hipérbole
- d) pleonismo
- e) personificação

9. O termo empregado para retomar uma palavra anteriormente usada no texto está sublinhado em:

- a) e às vezes reparamos que é ela que se vai
- b) Foi um belo momento, que resultou triste, mas passou
- c) Apenas quero que dentro de si mesma haja
- d) a gente sente que não está deixando apenas uma cidade
- e) reconhece que aquele perfil de casas e chaminés

10. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar um deslocamento no seguinte trecho:

- a) Com franqueza, não me animo a dizer que você não vá.
- b) Eu, que sempre andei no rumo de minhas venetas
- c) fugindo de si mesma, e a si mesma caçando
- d) que resultou triste, mas passou.
- e) não está deixando apenas uma cidade, mas uma parte da vida

11. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Todos os momentos marcantes da história do país dispõe da presença da música.
- b) Acreditavam-se em segregação de classes para melhor rendimento acadêmico.
- c) Durante o casamento, houveram situações constrangedoras entre as famílias.
- d) Restam-me apenas conjecturas sobre o estado de espírito do escritor.
- e) Colheu-se flores e frutos para enfeitar a mesa de café da manhã.

Se você obtiver bons resultados nas vendas, finalmente alcançará o que deseja

12. Numa nova redação, mantém-se a adequada correlação entre os tempos e modos verbais da frase acima substituindo-se os verbos sublinhados por:

- a) obtém - alcançaria
- b) obtivesse - alcançaria
- c) obtivesse - alcançasse
- d) obteve - alcança
- e) obtenha - alcance

13. O uso adequado do sinal indicativo de crase encontra-se em:

- a) A água apresenta resíduos de agrotóxicos, o que prejudica todos que à ingerem.
- b) Mesmo frente à manifestações de moradores, as autoridades derrubaram a árvore.
- c) A instituição aprovou a realização de estudos destinados à preservar os oceanos.
- d) Os maiores obstáculos à serem superados são os combustíveis fósseis.
- e) O jornal destacou a distorção de percepções à qual os jovens estão submetidos.

A comissão analisou os recursos dos estudantes.

14. Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) tinha analisado
- b) analisou-se
- c) são analisados
- d) foi analisado
- e) foram analisados

15. NÃO constitui atributo da redação oficial:

- a) clareza.
- b) seriedade.
- c) concisão.
- d) coesão e coerência.
- e) objetividade.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

16. Determinado capital foi aplicado a juros simples, à taxa de 16% ao ano, durante 9 meses. Ao término desse prazo, o montante foi integralmente reaplicado, também a juros simples, em duas partes: a maior delas, correspondente a 3/5 do

montante, à taxa de 1,25% ao mês durante 5 meses; a outra, à taxa de 15% ao ano durante 1 ano e 3 meses. Sabendo que os juros dessas duas reaplicações totalizaram R\$ 9.702,00, o capital aplicado inicialmente era igual a

- a) R\$ 75.000,00
- b) R\$ 86.240,00
- c) R\$ 77.000,00
- d) R\$ 63.000,00
- e) R\$ 70.560,00

17. Uma aplicação financeira de 1 ano, remunerada a juros compostos à taxa nominal de 20% ao ano, com capitalização semestral, gerou R\$ 8.400,00 de juros. Outra aplicação, de mesmo capital inicial, foi realizada a juros simples, à taxa de 12% ao ano, pelo prazo de 1 ano e 8 meses. O montante dessa segunda aplicação, ao final do prazo, foi de

- a) R\$ 50.400,00
- b) R\$ 48.000,00
- c) R\$ 48.640,00
- d) R\$ 51.072,00
- e) R\$ 48.400,00

18. Um capital foi aplicado durante 2 anos, em regime de capitalização contínua, à taxa de 10% ao ano. Nesse período, a inflação foi de 4% no primeiro ano e de 5% no segundo ano. Sendo e a base dos logaritmos neperianos, a taxa real de juros dessa aplicação, no período total de 2 anos, é dada por

- a) $e^{0,2} - 1,092$
- b) $\frac{e^{0,2}}{1,09} - 1$
- c) $\frac{1,21}{1,092} - 1$
- d) $\frac{e^{0,2}}{1,092} - 1$
- e) $\frac{e^{0,1}}{1,092} - 1$

19. Em uma mesma data, uma empresa descontou dois títulos em um banco que opera com taxa de desconto de 2% ao mês. Um deles, com vencimento para daqui a 5 meses, foi descontado pelo critério do desconto racional simples; o outro, com vencimento para daqui a 2 meses, pelo critério do desconto comercial simples. Os dois títulos tiveram o mesmo valor atual, e o valor nominal do título descontado pelo critério racional superava em R\$ 1.680,00 o do outro título. O valor total recebido pela empresa nessa operação foi de

- a) R\$ 56.000,00
- b) R\$ 57.600,00
- c) R\$ 48.384,00
- d) R\$ 61.680,00
- e) R\$ 47.250,00

20. Uma empresa tem duas obrigações com um fornecedor: R\$ 42.000,00, vencível daqui a 1 ano, e R\$ 21.000,00, vencível daqui a 2 anos. Em negociação, as partes acordaram substituí-las por dois pagamentos de mesmo valor, vencíveis daqui a 3 anos e daqui a 4 anos, adotando-se a taxa de juros compostos de 10% ao ano. O valor de cada um desses pagamentos é igual a

- a) R\$ 36.960,00
- b) R\$ 40.656,00
- c) R\$ 35.200,00
- d) R\$ 38.720,00
- e) R\$ 38.000,00

21. Os projetos de investimento A e B, mutuamente excludentes, exigem o mesmo desembolso inicial D, na data 0, e têm os fluxos de caixa apresentados no quadro a seguir.

Ano	Projeto A (R\$)	Projeto B (R\$)
0	-D	-D
1	15.400,00	X
2	10.890,00	15.840,00

A taxa interna de retorno (TIR) do projeto A é igual a 10% ao ano, ao passo que a do projeto B é igual a 20% ao ano. Nessas condições, o valor de X é igual a

- a) R\$ 12.000,00
- b) R\$ 17.280,00
- c) R\$ 10.900,00
- d) R\$ 11.275,00
- e) R\$ 14.400,00

22. Um imóvel de R\$ 400.000,00 foi adquirido com entrada correspondente a 40% de seu valor. O saldo foi financiado em 48 prestações mensais e consecutivas, a primeira com vencimento 1 mês após a compra, pelo Sistema de Amortização Misto (SAM), com taxa de juros de 2% ao mês. Dado que, para essa taxa e esse número de prestações, o fator de recuperação de capital é 0,0326, a 25ª prestação do financiamento corresponde a

- a) R\$ 7.612,00
- b) R\$ 7.824,00
- c) R\$ 6.412,00
- d) R\$ 7.562,00
- e) R\$ 7.400,00

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

23. Os auditores fiscais Adriana, Breno, Cíntia, Diego e Estela revezam-se no plantão de um posto fiscal, sempre nessa ordem e de forma cíclica, de modo que, após o plantão de Estela, o plantão seguinte cabe a Adriana. Cada plantão dura um dia inteiro e é cumprido por um único auditor. O posto funciona de segunda-feira a sábado, inclusive nos feriados, e permanece fechado aos domingos, dias em que o rodízio não avança. Na segunda-feira, 2 de março de 2026, o plantão coube a Breno.

Com base nessas informações, o dia 30 de maio de 2026 foi

- a) um sábado, e o plantão coube a Adriana.
- b) uma sexta-feira, e o plantão coube a Diego.
- c) um domingo, dia em que o posto esteve fechado.
- d) um sábado, e o plantão coube a Diego.
- e) um sábado, e o plantão coube a Cíntia.

24. Após a abordagem de um caminhão em um posto fiscal, um auditor registrou em seu relatório as seguintes afirmações a respeito da carga transportada:

- I. A nota fiscal acompanhava a carga e o ICMS não foi recolhido.
- II. Ou a carga foi liberada, ou o auto de infração foi lavrado.
- III. O ICMS foi recolhido e a carga foi liberada.
- IV. O auto de infração foi lavrado se, e somente se, o ICMS não foi recolhido.
- V. Se a carga foi liberada, então o auto de infração foi lavrado.

Sabendo que exatamente uma dessas afirmações é falsa, conclui-se que

- a) a nota fiscal acompanhava a carga e o auto de infração foi lavrado.
- b) o ICMS foi recolhido e a carga não foi liberada.
- c) se o auto de infração foi lavrado, então a carga foi liberada.

d) a carga foi liberada ou o ICMS foi recolhido.

e) a nota fiscal não acompanhava a carga se, e somente se, o auto de infração foi lavrado.

25. Em uma operação de fiscalização, os auditores fiscais Fábio, Gisele, Hugo e Irene atuaram, cada um, em um município diferente de Santa Catarina: Blumenau, Chapecó, Joinville e Lages. Os números de empresas fiscalizadas por esses auditores foram, não necessariamente nessa ordem, 6, 8, 10 e 12. Sabe-se que:

- Juntos, Gisele e Irene fiscalizaram 22 empresas;
- O auditor que atuou em Chapecó fiscalizou 4 empresas a mais do que Hugo;
- Irene não atuou em Chapecó nem em Blumenau;
- O auditor que atuou em Lages fiscalizou menos empresas do que o auditor que atuou em Blumenau;
- Fábio não atuou em Blumenau.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) Irene atuou em Lages e fiscalizou 10 empresas.
- b) Fábio atuou em Lages e fiscalizou 8 empresas.
- c) Gisele atuou em Chapecó e fiscalizou 10 empresas.
- d) Irene atuou em Joinville e fiscalizou 12 empresas.
- e) Hugo atuou em Blumenau e fiscalizou 8 empresas.

26. Considere a sequência infinita a seguir, construída a partir de um padrão lógico.

5, 50, 3, 9, 47, 8, 13, 44, 13, 17, 41, 18, ...

Seja p a posição ocupada pelo primeiro termo negativo dessa sequência. O termo que ocupa a posição $2p$ é igual a

- a) 141
- b) 178
- c) 145
- d) 137
- e) 149

27. O acesso a um sistema de uma secretaria de fazenda é protegido por uma senha formada por 4 algarismos distintos. Após cada tentativa de acesso, o sistema informa quantos dos algarismos digitados pertencem à senha e estão na posição correta e quantos pertencem à senha, mas estão em posição errada. A tabela mostra as três tentativas feitas por um servidor e as respectivas respostas do sistema.

Tentativa	Posição				Na posição correta	Em posição errada
	1ª	2ª	3ª	4ª		
1ª	7	5	2	9	0	2
2ª	8	2	0	5	0	4
3ª	5	2	8	0	2	2

Com base nessas informações, a senha correta é

- a) 2850
- b) 5082
- c) 0852
- d) 5820
- e) 2058

28. Seis postos fiscais, identificados pelas letras A, B, C, D, E e F, estão instalados em pontos distintos de uma rodovia retilínea que segue na direção leste-oeste. Dois postos são vizinhos quando não há outro posto entre eles. Sobre a localização desses postos, sabe-se que:

- Há exatamente dois postos a oeste do posto C;
- O posto A fica a leste do posto E, mas não é o posto mais a leste de todos;
- Entre os postos B e F há exatamente um posto;
- O posto D é vizinho do posto A e fica a leste dele;
- Os postos F e A não são vizinhos.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) o posto B fica imediatamente a oeste do posto A.
- b) o posto F fica imediatamente a oeste do posto A.
- c) o posto C fica imediatamente a leste do posto D.
- d) o posto D fica entre os postos B e F.
- e) o posto B é o posto mais a leste de todos.

29. Em 2025, a arrecadação de ICMS de certo estado totalizou R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 9 bilhões vieram do setor de combustíveis, R\$ 5 bilhões vieram do setor de energia elétrica e o restante veio dos demais setores da economia. Em 2026, em comparação com 2025, a arrecadação proveniente do setor de combustíveis cresceu 20%, a do setor de energia elétrica caiu 10% e a dos demais setores cresceu 5%.

De 2025 para 2026, a participação do setor de combustíveis na arrecadação total de ICMS desse estado

- a) aumentou 9 pontos percentuais.
- b) aumentou cerca de 2 pontos percentuais.
- c) aumentou cerca de 11,1 pontos percentuais.
- d) aumentou 5 pontos percentuais.
- e) aumentou 20 pontos percentuais.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

30. Em determinada unidade administrativa, foram registrados os seguintes tempos, em minutos, necessários para concluir uma rotina de conferência documental:

12, 15, 15, 18, 20, 20, 20, 23, 25, 32

Considerando o conjunto de dados como uma população, é correto afirmar que a

- a) média é igual a 20,5 minutos, a mediana é igual a 19 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- b) média é igual a 20 minutos, a moda é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 18 minutos.
- c) mediana é igual a 19 minutos, a moda é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- d) média é igual a 20 minutos, a mediana é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- e) média é igual a 20,5 minutos, a mediana é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 18 minutos.

31. Uma comissão deverá selecionar 4 servidores distintos dentre 9 servidores para compor uma equipe de fiscalização. Após a seleção, os quatro servidores ocuparão, respectivamente, as funções de coordenador, analista, secretário e apoio, sendo que cada função será ocupada por apenas um servidor.

Nessas condições, o número de equipes distintas que podem ser formadas é

- a) 126.
- b) 1512.
- c) 504.
- d) 6561.
- e) 3024.

32. Uma variável aleatória contínua X , que representa o tempo, em horas, necessário para concluir determinado procedimento, possui distribuição normal com média de 10 horas e desvio-padrão de 2 horas.

Considerando que, para a distribuição normal padrão,

$$P(Z, \leq 15) = 0,9332$$

e

$$P(Z, \leq -15) = 0,0668,$$

a probabilidade de um procedimento escolhido ao acaso ser concluído entre 7 e 13 horas é

- a) 0,6826.
- b) 0,8413.
- c) 0,8664.
- d) 0,9332.
- e) 0,9974.

33. Em uma auditoria, deseja-se estimar a média μ de determinada variável de interesse de uma população. Uma amostra aleatória simples de 64 elementos apresentou média amostral igual a 48. Admita-se que o desvio-padrão populacional seja conhecido e igual a 8.

Considerando um nível de confiança de 95% e $z_{0,975} = 1,96$, o intervalo de confiança para μ é

- a) $[46,04; 49,96]$.
- b) $[46,40; 49,60]$.
- c) $[47,02; 48,98]$.
- d) $[45,92; 50,08]$.
- e) $[44,16; 51,84]$.

34. Em uma auditoria, a variável aleatória X representa o número de ocorrências de uma irregularidade contábil em um conjunto de documentos, e admite-se que X siga uma distribuição de Poisson com parâmetro $\lambda = 2$.

A probabilidade de que, em um conjunto escolhido aleatoriamente, ocorram exatamente 3 irregularidades é dada por

$$P(X = 3) = \frac{e^{-2} 2^3}{3!}.$$

Considerando $e^{-2} \approx 0,1353$, o valor aproximado dessa probabilidade é

- a) 0,0902.
- b) 0,1804.
- c) 0,2706.
- d) 0,3616.
- e) 0,5412.

35. Em uma análise de dados de execução orçamentária, foram observados os seguintes pares (x, y) , em que x representa o número de ações de fiscalização realizadas e y , o valor recuperado, em milhares de reais:

x	1	2	3	4
y	10	14	15	21

Considere o modelo de regressão linear simples

$$\hat{y} = a + bx.$$

Sabendo que

$$\bar{x} = 2,5 \text{ e } \bar{y} = 15,$$

e que

$$\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y}) = 17,$$

o valor estimado de y quando $x = 5$ é

- a) 23,5.
- b) 24,0.
- c) 25,0.
- d) 25,5.
- e) 27,0.

CIÊNCIA E ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

36. Uma organização precisa integrar registros de um banco relacional, documentos JSON e arquivos de áudio em uma mesma solução analítica. Quanto à natureza desses dados, a classificação adequada é:

- a) Os registros relacionais são estruturados, os documentos JSON são semiestruturados e os arquivos de áudio são não estruturados.
- b) Os registros relacionais e os documentos JSON são estruturados, enquanto os arquivos de áudio são semiestruturados.
- c) Os documentos JSON são não estruturados, pois não exigem um esquema tabular rígido previamente definido.

- d) Os arquivos de áudio são semiestruturados sempre que possuem metadados, pois esses metadados alteram a natureza do conteúdo principal.
- e) Os registros relacionais são semiestruturados, pois sua organização depende das relações estabelecidas entre tabelas.

37. Uma base destinada à análise apresenta registros duplicados, valores ausentes e formatos diferentes para um mesmo atributo. Antes de interpretar os resultados, a medida tecnicamente adequada consiste em:

- a) Excluir todos os registros que contenham valores ausentes, independentemente da proporção ou da relevância desses dados para a análise.
- b) Manter as duplicidades, pois sua remoção altera necessariamente a representatividade da amostra e compromete a análise.
- c) Avaliar a origem e o impacto das inconsistências e aplicar procedimentos de limpeza, padronização e tratamento compatíveis com a finalidade da análise.
- d) Substituir automaticamente todos os valores ausentes pela média do respectivo atributo, independentemente do tipo de variável e da distribuição dos dados.
- e) Iniciar a interpretação dos resultados antes do tratamento, pois problemas de qualidade afetam apenas a apresentação dos dados, e não as conclusões obtidas.

38. Na análise de despesas públicas, uma equipe utiliza dados históricos para identificar padrões de execução orçamentária e subsidiar atividades de controle. Sobre o uso analítico desses dados, é correto afirmar que:

- a) A identificação de correlações entre variáveis permite concluir, por si só, que uma delas é causa das alterações observadas na outra.
- b) A existência de grande volume de dados elimina a necessidade de avaliar sua qualidade antes da obtenção de indicadores.
- c) A análise descritiva tem como finalidade principal prever valores futuros a partir de modelos estatísticos ou de aprendizado de máquina.
- d) A identificação de valores atípicos em despesas comprova necessariamente a ocorrência de irregularidade administrativa.
- e) Técnicas de análise podem apoiar a identificação de padrões, tendências e anomalias relevantes para o controle, sem dispensar a avaliação do contexto e das evidências relacionadas aos resultados.

39. Ao examinar uma série histórica de arrecadação, foram observados crescimento persistente ao longo dos períodos, oscilações recorrentes em determinadas épocas e alguns valores muito distantes do comportamento habitual. A interpretação adequada desses elementos é:

- a) O crescimento persistente representa uma correlação, enquanto as oscilações recorrentes constituem necessariamente anomalias.
- b) O crescimento persistente pode caracterizar uma tendência, as oscilações recorrentes podem revelar padrões e os valores muito discrepantes podem ser investigados como possíveis anomalias.
- c) Os valores discrepantes devem ser removidos antes de qualquer análise, pois não podem representar ocorrências legítimas.
- d) A presença de uma tendência comprova que as variações observadas são causadas pelo decorrer do tempo.

e) As oscilações recorrentes demonstram correlação entre as variáveis analisadas, mesmo quando apenas uma variável foi considerada.

40. Em uma solução de BI, dados provenientes de diferentes sistemas são consolidados e disponibilizados para acompanhamento de indicadores e apoio à tomada de decisão. Nesse processo:

- a) A integração e a organização dos dados permitem produzir informações analíticas e acompanhar indicadores relevantes para a gestão.
- b) O BI substitui os sistemas transacionais, passando a executar diretamente as operações responsáveis pela geração dos dados de negócio.
- c) Os dashboards utilizados em BI armazenam os dados operacionais originais e dispensam estruturas destinadas à integração e ao tratamento das informações.
- d) A utilização de BI restringe-se à análise de dados em tempo real, não sendo adequada à comparação de informações históricas.
- e) Os indicadores produzidos por uma solução de BI eliminam a necessidade de interpretação, pois representam conclusões definitivas sobre o desempenho analisado.

41. Uma organização pretende utilizar seus dados não apenas para compreender resultados passados, mas também para estimar comportamentos futuros e apoiar a escolha de ações. A correspondência adequada entre as abordagens analíticas e suas finalidades encontra-se em:

- a) Analytics descritivo — determina as ações que devem ser executadas para alcançar determinado resultado futuro.
- b) Analytics preditivo — explica exclusivamente as causas que levaram à ocorrência de determinado evento passado.
- c) Analytics prescritivo — limita-se à apresentação de indicadores históricos por meio de relatórios e dashboards.
- d) Analytics preditivo — utiliza dados e modelos para estimar resultados ou comportamentos futuros com base em padrões identificados.
- e) Analytics diagnóstico — projeta probabilidades de eventos futuros sem investigar fatores relacionados aos resultados observados.

42. Em uma base com grande volume de registros, pretende-se descobrir grupos de elementos com características semelhantes sem que existam categorias previamente definidas. Para essa finalidade:

- a) A classificação é a técnica mais adequada, pois atribui classes aos registros sem utilizar exemplos previamente rotulados.
- b) A regressão deve ser utilizada, pois sua finalidade é formar grupos de registros com características semelhantes.
- c) As regras de associação são destinadas exclusivamente à previsão de valores numéricos contínuos.
- d) O agrupamento exige que cada registro possua previamente um rótulo indicando a classe à qual pertence.
- e) O agrupamento pode identificar estruturas e grupos naturais nos dados com base em medidas

de similaridade, sem depender de classes previamente definidas.

43. Ao coletar periodicamente informações disponíveis em páginas da Web, uma aplicação precisa localizar determinados elementos no conteúdo HTML e extrair seus valores. Nesse procedimento:

- a) O web scraping exige que os dados estejam necessariamente disponíveis em arquivos estruturados no formato CSV.
- b) A técnica modifica o código-fonte da página acessada para transformar seu conteúdo em uma base de dados relacional.
- c) A extração depende exclusivamente da aparência visual da página, não sendo afetada por alterações em sua estrutura HTML.
- d) O web scraping substitui uma API oficial sempre que ambos permitirem acesso às mesmas informações.
- e) O web scraping pode utilizar a estrutura do documento, como elementos e atributos HTML, para localizar e extrair informações de interesse.

44. Uma análise combina dados de arrecadação e despesas provenientes de fontes distintas para produzir informações destinadas à gestão. Nesse processo, a prática adequada consiste em:

- a) Realizar o cruzamento diretamente pelos valores das medidas analisadas, dispensando campos que identifiquem de forma consistente os registros relacionados.
- b) Interpretar os resultados antes de verificar a compatibilidade entre formatos, períodos e critérios utilizados nas diferentes fontes.
- c) Integrar os dados por atributos compatíveis, verificar sua consistência e apresentar os resultados em formato adequado ao público e à finalidade da análise.
- d) Manter registros duplicados durante o cruzamento, pois sua presença não interfere em agregações ou indicadores calculados.
- e) Comunicar apenas os valores resultantes da análise, omitindo critérios e recortes utilizados para evitar interferências na interpretação.

45. A transformação de um serviço público para o ambiente digital deve considerar não apenas a substituição de procedimentos presenciais por meios eletrônicos. Nesse processo:

- a) A transformação digital pode envolver revisão de processos, integração de dados e uso de tecnologias para tornar a prestação do serviço mais eficiente e acessível ao usuário.
- b) A digitalização de formulários, sem alteração dos processos administrativos existentes, caracteriza necessariamente uma transformação digital completa.
- c) A prestação de serviços públicos digitais exige que todas as etapas sejam automatizadas e realizadas sem qualquer possibilidade de intervenção humana.
- d) A integração entre sistemas públicos deve ser evitada, pois o compartilhamento de dados entre órgãos é incompatível com a oferta de serviços digitais.

e) O Governo Digital restringe-se à disponibilização de portais para acesso remoto aos mesmos procedimentos executados presencialmente.

46. Em um projeto de modernização administrativa, diferentes órgãos precisam trocar informações entre seus sistemas e utilizar os dados integrados na execução de processos e na tomada de decisões. A solução compatível com esses objetivos é:

- a) Manter bases isoladas e realizar transferências manuais de dados, preservando formatos próprios em cada sistema.
- b) Automatizar decisões administrativas exclusivamente com base nos dados disponíveis, eliminando controles e revisões humanas.
- c) Padronizar apenas a interface visual dos sistemas, pois a interoperabilidade independe da compatibilidade entre dados e serviços.
- d) Adotar padrões de interoperabilidade para viabilizar a troca de informações, automatizar etapas adequadas dos processos e utilizar dados de qualidade como suporte à gestão e às decisões.
- e) Centralizar todos os dados em um único sistema, pois a interoperabilidade somente ocorre quando diferentes órgãos utilizam a mesma aplicação.

47. Um sistema de Inteligência Artificial utiliza dados para ajustar seu comportamento e melhorar o desempenho em determinada tarefa sem que todas as regras de decisão sejam programadas explicitamente. Essa característica corresponde:

- a) À automação convencional, na qual cada resposta possível deve ser previamente definida por regras fixas.
- b) Ao aprendizado de máquina, em que algoritmos podem identificar padrões nos dados e ajustar modelos para realizar determinada tarefa.
- c) À computação determinística, que exige que o sistema produza resultados idênticos independentemente dos dados utilizados.
- d) Ao processamento exclusivamente simbólico, que impede a utilização de exemplos para ajustar o comportamento do sistema.
- e) À programação procedural, na qual o próprio sistema modifica diretamente seu código-fonte durante cada execução.

48. Ao utilizar uma aplicação de IA generativa para produzir textos a partir de instruções fornecidas pelo usuário, deve-se considerar que:

- a) O conteúdo gerado resulta de padrões aprendidos pelo modelo e pode apresentar informações incorretas ou não fundamentadas, exigindo avaliação antes de sua utilização.
- b) A geração de conteúdo ocorre exclusivamente pela recuperação literal de trechos armazenados durante o treinamento.
- c) As respostas produzidas pelo modelo são necessariamente verdadeiras quando apresentam estrutura textual coerente e linguagem adequada.
- d) O modelo consulta automaticamente fontes externas atualizadas antes de produzir qualquer resposta, independentemente dos recursos disponíveis na aplicação.
- e) A capacidade de gerar novos conteúdos implica que o modelo compreende os fatos e conceitos da mesma forma que um ser humano.

49. Nos modelos de linguagem de grande porte, o processamento do texto envolve sua representação em unidades denominadas tokens. A partir desse funcionamento:

- a) Um LLM pode estimar probabilidades para os próximos tokens com base no contexto recebido e nos padrões aprendidos durante o treinamento.
- b) Cada token corresponde necessariamente a uma palavra completa, independentemente do idioma ou do método de tokenização utilizado.
- c) A geração de cada token exige uma nova etapa de treinamento dos parâmetros do modelo.
- d) O contexto fornecido pelo usuário não influencia a geração, pois as respostas são determinadas exclusivamente pelos parâmetros aprendidos no treinamento.
- e) A tokenização converte cada sentença diretamente em uma única representação numérica, impedindo seu processamento em unidades menores.

50. Um órgão público realiza o tratamento de dados pessoais necessários à execução de uma política pública prevista em lei. À luz da LGPD, nessa situação:

- a) O tratamento somente poderá ocorrer mediante consentimento expresso do titular, ainda que seja necessário à execução da política pública.
- b) O Poder Público fica dispensado de observar os princípios da LGPD quando o tratamento decorrer de competência legal.
- c) O tratamento pode ser realizado para execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições da LGPD.
- d) Os direitos dos titulares deixam de ser aplicáveis sempre que os dados forem tratados por órgão ou entidade pública.
- e) Os dados coletados para uma política pública podem ser posteriormente utilizados para qualquer finalidade administrativa, independentemente de compatibilidade com a finalidade original.

**ÉTICA, INTEGRIDADE E PREVENÇÃO AO
ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO***Rodrigo Bet*

51. Uma secretaria publica integralmente seus relatórios de execução orçamentária, mas utiliza arquivos sem organização e linguagem excessivamente técnica. Ao receber sugestões de melhoria, o gestor afirma que a mera disponibilização dos dados esgota seu dever de transparência. Sob a perspectiva da ética no setor público, a atuação do gestor

- a) está adequada, pois a transparência se realiza com a divulgação formal, independentemente da possibilidade de compreensão pelo cidadão.
- b) somente exige revisão se houver demonstração de dano financeiro, pois a avaliação ética depende de prejuízo ao erário.
- c) é insuficiente, pois a transparência deve favorecer a compreensão das informações e o exercício efetivo do controle social.
- d) deve priorizar a compreensão dos órgãos de controle, sendo dispensável a acessibilidade das informações à sociedade.
- e) está adequada se a publicação observar a legalidade, que constitui critério suficiente para avaliar a eticidade da conduta.

52. Ao revisar suas práticas de conduta, um órgão público considerou as seguintes proposições:

- I. Um código de ética pode orientar escolhas e prevenir desvios, sem se restringir à aplicação de punições.
- II. O cumprimento literal de uma regra dispensa a avaliação da finalidade pública da conduta.
- III. Justificar uma irregularidade com a afirmação de que “todos fazem assim” pode revelar um mecanismo de desengajamento moral.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

53. Em uma unidade de fiscalização, apuraram-se três condutas independentes: Paulo solicitou vantagem indevida para omitir ato de ofício; Helena exigiu vantagem indevida de um administrado, valendo-se de sua função; e Bruno deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer sentimento pessoal de amizade, sem ter recebido pedido ou sofrido influência de terceiro e sem solicitar ou receber vantagem. Considerando os elementos descritos, as condutas de Paulo, Helena e Bruno caracterizam, respectivamente,

- a) corrupção ativa, concussão e condescendência criminosa.
- b) concussão, corrupção passiva e prevaricação.
- c) corrupção passiva, excesso de exação e condescendência criminosa.
- d) corrupção ativa, corrupção passiva e prevaricação.
- e) corrupção passiva, concussão e prevaricação.

54. Na avaliação de um processo de compras, a equipe identificou contratações emergenciais recorrentes com o mesmo fornecedor e concentração de decisões em um único servidor. A respeito da gestão de riscos de fraude e corrupção, considere:

- I. Essas situações constituem sinais de alerta, mas não demonstram, por si sós, a ocorrência de irregularidade.
- II. O risco inerente é mensurado após a consideração da efetividade dos controles existentes.
- III. No triângulo da fraude, a oportunidade é o componente mais diretamente controlável pela organização.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

55. Após instituir seu programa de integridade, uma autarquia reuniu em um único documento as ações a executar no biênio seguinte, com responsáveis e prazos. O documento foi elaborado pela unidade setorial do Sitai e submetido à aprovação do presidente da entidade. Esse documento corresponde ao

- a) programa de integridade, que se esgota na relação das ações previstas para cada exercício.
- b) código de conduta, que reúne os padrões de comportamento esperados dos agentes públicos.
- c) relatório de gestão, que presta contas dos resultados alcançados no período anterior.
- d) plano de integridade, que organiza as medidas de integridade a adotar em determinado período.
- e) regulamento disciplinar, que define as infrações funcionais e as respectivas sanções.

56. Uma empresa pretende demonstrar a efetividade de seu programa de integridade para fins de avaliação segundo o art. 57 do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013. NÃO corresponde a um parâmetro previsto nesse dispositivo

- a) comprometimento da alta direção, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa.
- b) a existência de canais de denúncia amplamente divulgados e de mecanismos de proteção de denunciantes de boa-fé.
- c) registro do código de ética em cartório como condição de validade do programa de integridade.
- d) a realização de diligências apropriadas, baseadas em risco, para contratação e supervisão de terceiros.
- e) monitoramento contínuo do programa, destinado ao aperfeiçoamento da prevenção, detecção e combate aos atos lesivos.

57. Uma organização distribuiu suas atribuições da seguinte forma: os gestores operacionais identificam e tratam os riscos de seus processos; a área de compliance orienta e monitora a conformidade; a auditoria interna avalia, com independência, o funcionamento da governança, da gestão de riscos e dos controles. À luz do Modelo das Três Linhas do IIA, essa distribuição

- a) é adequada, pois situa a gestão operacional na primeira linha, o compliance na segunda e a auditoria interna na terceira.
- b) é inadequada, pois a auditoria interna deve implantar os controles que posteriormente avaliará.
- c) é inadequada, pois a identificação e o tratamento dos riscos competem exclusivamente ao compliance.
- d) é adequada apenas se a segunda linha assumir a mesma independência da auditoria interna perante as decisões de gestão.
- e) é inadequada, pois o reporte da auditoria ao órgão de governança a transforma em integrante da primeira linha.

58. O diretor de uma empresa determinou a publicação de um código de conduta, mas negou recursos para treinamentos e apuração de denúncias. Também ordenou que infrações praticadas por executivos fossem desconsideradas para preservar a imagem da organização. Quanto ao comprometimento da alta administração com o compliance, é correto afirmar que

- a) a publicação do código demonstra apoio suficiente da direção, pois sua atuação se encerra na aprovação das normas.
- b) a preservação da reputação autoriza o tratamento mais favorável de executivos, desde que as demais infrações sejam apuradas.
- c) a efetividade do programa depende prioritariamente da auditoria interna, que deve suprir a falta de recursos e de apoio da direção.

d) patrocínio da alta administração consiste em assumir pessoalmente todas as investigações e afastar as áreas técnicas.

e) a conduta compromete o tom do topo, que exige exemplo, recursos, apoio à apuração e aplicação isonômica das regras.

59. Um representante da sociedade empresária Alfa prometeu vantagem indevida a agente público para obter benefício em favor da empresa. Em sua defesa, Alfa sustentou que não poderia ser responsabilizada porque não se demonstrou culpa de seus administradores e porque a responsabilização da empresa excluiria a das pessoas físicas. Nos termos da Lei nº 12.846/2013,

- a) a primeira alegação procede, pois a responsabilização administrativa da pessoa jurídica depende da demonstração de culpa de seus dirigentes.
- b) as alegações não procedem, pois a pessoa jurídica responde objetivamente pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, e a responsabilidade das pessoas físicas não é excluída.
- c) a segunda alegação procede, pois a responsabilização objetiva da empresa absorve a responsabilidade dos administradores envolvidos.
- d) a pessoa jurídica somente responde se o benefício buscado for exclusivamente seu, sem qualquer vantagem para terceiros.
- e) a responsabilidade objetiva alcança tanto a pessoa jurídica quanto seus administradores, sendo dispensável examinar a culpabilidade destes.

60. A sociedade Beta incorporou a sociedade Gama. Antes da incorporação, Gama praticara ato lesivo abrangido pela Lei nº 12.846/2013. Não houve simulação nem evidente intuito de fraude, e o patrimônio transferido a Beta foi de R\$ 3 milhões. Sobre a responsabilidade da sucessora, considere:

- I. Restringe-se à obrigação de pagamento de multa e de reparação integral do dano, até o limite do patrimônio transferido.
- II. Abrange automaticamente todas as demais sanções previstas na lei pelos atos anteriores à incorporação.
- III. A limitação legal não significa que a incorporação tenha extinguido toda responsabilidade pelo ato anterior.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

61. Uma empresa foi responsabilizada administrativamente por ato lesivo à Administração Pública. Sendo possível utilizar o critério do faturamento bruto para calcular a multa, a Lei nº 12.846/2013 estabelece que essa sanção

- a) varia de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, e nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível estimá-la.
- b) varia de 1% a 30% do faturamento líquido do exercício em que foi praticado o ato lesivo.
- c) deve corresponder ao valor da vantagem auferida, sem consideração do faturamento e sem possibilidade de superá-la.
- d) substitui a obrigação de reparação integral do dano quando aplicada em conjunto com a publicação extraordinária da decisão condenatória.

e) somente pode ser aplicada isoladamente, sendo vedada sua cumulação com a publicação extraordinária da decisão condenatória.

62. A autoridade máxima de uma entidade pública delegou a competência para instaurar e julgar processo administrativo de responsabilização de pessoa jurídica. O delegado pretende subdelegá-la, constituir comissão com apenas um servidor estável e conceder à empresa vinte dias para defesa. À luz da Lei nº 12.846/2013,

- a) a delegação inicial é vedada, porque instaurar e julgar o processo são competências exclusivas e indelegáveis da autoridade máxima.
- b) a subdelegação é permitida, desde que a comissão seja integrada por dois servidores e a defesa seja apresentada em vinte dias.
- c) a delegação é admitida, mas a subdelegação é vedada; a comissão deve ter dois ou mais servidores estáveis, e o prazo de defesa é de trinta dias a partir da intimação.
- d) a comissão pode ser unipessoal se o servidor for estável, mantendo-se o prazo de vinte dias para a defesa.
- e) a delegação é admitida, mas a comissão deverá concluir o processo em cento e oitenta dias, sem possibilidade de prorrogação.

63. Uma pessoa jurídica negocia acordo de leniência com fundamento na Lei nº 12.846/2013. A respeito das condições e dos efeitos desse instrumento, considere:

- I. A colaboração efetiva deve resultar na identificação dos demais envolvidos, quando couber, e na obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito.
- II. A celebração do acordo pode reduzir a multa em até dois terços, mas não exime a pessoa jurídica da reparação integral do dano.
- III. A proposta rejeitada importa reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I e II.

64. Em ação judicial fundada na Lei nº 12.846/2013, pretende-se aplicar sanções a uma pessoa jurídica responsável por ato lesivo. Sobre as medidas previstas no art. 19 dessa lei, assinale a alternativa correta.

- a) A proibição de receber incentivos, subsídios ou empréstimos públicos possui prazo mínimo de cinco e máximo de dez anos.
- b) A dissolução compulsória deve ser aplicada de forma isolada, ainda que outras sanções se mostrem cabíveis.
- c) perdimento de bens alcança indistintamente os direitos do lesado e do terceiro de boa-fé.
- d) As sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente e incluem a suspensão ou interdição parcial das atividades.
- e) A responsabilização administrativa impede o ajuizamento da ação judicial destinada à aplicação das sanções do art. 19.

65. A autoridade competente tomou ciência de infração instantânea abrangida pela Lei nº 12.846/2013 dois anos após sua ocorrência. Posteriormente, instaurou processo administrativo destinado à apuração do fato. Considerando exclusivamente as regras prescricionais dessa lei, é correto afirmar que

- a) prazo é de três anos, contado da prática do ato, e a instauração do processo apenas suspende sua contagem.
- b) prazo é de cinco anos, contado da ciência da infração, e a instauração do processo administrativo destinado à apuração interrompe a prescrição.
- c) prazo é de cinco anos, contado necessariamente da prática do ato, ainda que a Administração só tenha tomado ciência posteriormente.
- d) a prescrição só pode ser interrompida por decisão administrativa condenatória definitiva.
- e) a ciência da infração inicia prazo de dez anos, reduzido à metade quando houver processo administrativo em curso.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DE SANTA CATARINA*Sérgio Henrique*

66. O Censo Demográfico 2022 registrou uma inflexão histórica nos fluxos migratórios internos brasileiros. Estados que tradicionalmente absorviam grandes contingentes de migrantes passaram a apresentar saldos negativos, enquanto Santa Catarina assumiu, pela primeira vez, a liderança nacional de atração populacional. O fenômeno combina fatores econômicos, qualidade de vida e dinamismo do mercado de trabalho.

Sobre esse fenômeno, é correto afirmar que:

- a) Santa Catarina registrou o maior saldo migratório interno do país entre 2017 e 2022, enquanto estados como São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram saldos negativos no período.
- b) o saldo migratório positivo de Santa Catarina decorreu principalmente do retorno de emigrantes brasileiros que viviam no exterior, e não de fluxos interestaduais.
- c) São Paulo manteve a liderança nacional de atração de migrantes, com Santa Catarina em posição intermediária entre os estados do Sul.
- d) o saldo migratório catarinense foi negativo, refletindo a perda de competitividade econômica do estado frente ao Centro-Oeste.
- e) o saldo migratório é calculado pela diferença entre nascimentos e óbitos registrados no período censitário.

67. Os dados do Censo Demográfico 2022 permitem comparar os dois maiores municípios catarinenses. Joinville, no Norte do estado, e Florianópolis, a capital, são bastante diferentes quando comparamos a população total, área territorial e densidade demográfica. A comparação evidencia que indicadores demográficos diferentes podem apontar hierarquias diferentes entre cidades.

A partir dos dados censitários, é correto afirmar que:

- a) Florianópolis é o município mais populoso de Santa Catarina, padrão observado na quase totalidade das capitais brasileiras.
- b) Joinville é o município mais populoso do estado, mas apresenta densidade demográfica inferior à de Florianópolis, em razão de sua maior área territorial.
- c) Joinville e Florianópolis possuem densidades demográficas praticamente iguais, pois população e área crescem sempre na mesma proporção.
- d) a densidade demográfica de Florianópolis é inferior à de Joinville, pois a capital preserva grandes áreas naturais desocupadas.
- e) os dados municipais do Censo correspondem à população total das respectivas regiões metropolitanas.

68. O Censo 2022 confirmou a tendência histórica de urbanização brasileira, com a grande maioria da população vivendo em áreas urbanas. Em Santa Catarina, o padrão de ocupação herdado da colonização europeia, baseado em pequenas propriedades familiares e policultoras, colaborou para a fixação das famílias no campo.

Sobre esse quadro, é correto afirmar que:

- a) a taxa de urbanização catarinense supera a média nacional, refletindo o êxodo rural provocado pela mecanização.
- b) a população rural catarinense praticamente desapareceu, em razão da mecanização da agropecuária estadual.
- c) a urbanização catarinense situa-se abaixo da média nacional, e a estrutura fundiária de colonização contribuiu para a fixação de população no campo.
- d) o crescimento populacional recente concentrou-se no interior serrano, com perda generalizada de habitantes nos municípios litorâneos.
- e) a estrutura fundiária catarinense é dominada por grandes propriedades extensivas, que expulsaram a população rural para as capitais regionais.

69. A Serra Catarinense consolidou-se como um dos principais destinos de turismo de inverno do Brasil. Na temporada de 2025, levantamento da Fecomércio-SC registrou o maior gasto médio por grupo desde 2017, com a maioria dos visitantes proveniente do próprio estado.

Sobre o turismo de inverno catarinense, é correto afirmar que:

- a) a neve na Serra Catarinense é fenômeno garantido em todos os invernos, com ocorrência regular e previsível em todos os municípios serranos.
- b) a temporada de inverno de 2025 registrou o maior gasto médio por grupo de visitantes da série histórica, e a maioria dos turistas era proveniente do próprio estado de Santa Catarina.
- c) o turismo de inverno catarinense concentra-se no litoral norte, onde as correntes frias do Atlântico produzem neve frequente.
- d) o gasto médio por grupo de visitantes caiu na temporada de 2025, refletindo a perda de competitividade da Serra frente aos destinos de neve do exterior.
- e) a Serra Catarinense registra as menores temperaturas do estado no inverno, o que explica a saída dos locais para destinos de calor.

70. O turismo catarinense extrapola o turismo balneário e de frio, articulando cultura, tradições étnicas e produtos locais. Balneário Camboriú simboliza a verticalização urbana e a especulação imobiliária promovida pelo turismo; Blumenau celebra a herança alemã com sua festa tradicional; Lages remete à cultura do planalto e à araucária; e a Serra desenvolve o enoturismo de altitude, com indicação geográfica reconhecida.

Sobre essa diversidade, é correto afirmar que:

- a) Balneário Camboriú destaca-se pela intensa verticalização urbana ligada ao turismo, abrigando alguns dos edifícios mais altos do país.
- b) a Oktoberfest de Blumenau é uma festa de origem alemã, criada para celebrar com cerveja a colheita da uva no Vale do Itajaí.

c) a Festa do Pinhão de Lages remete à cultura extrativista do pinhão nas florestas ombrófilas densas.

d) o enoturismo catarinense concentra-se no Vale do Itajaí, onde o clima quente e úmido favorece a vitivinicultura tropical.

e) o turismo cultural catarinense limita-se às festas de origem alemã, sem expressão significativa de outras tradições étnicas.

71. O Extremo Oeste catarinense abriga a única fronteira terrestre internacional do estado. A região articula municípios-gêmeos brasileiros e argentinos da faixa de fronteira definida pela legislação nacional de segurança e desenvolvimento regional.

Sobre a fronteira catarinense, é correto afirmar que:

- a) Santa Catarina faz fronteira terrestre com a Argentina no Extremo Oeste, e Dionísio Cerqueira articula-se à cidade argentina de Bernardo de Irigoyen, abrigando ponto de fronteira seco alfandegado.
- b) a fronteira internacional de Santa Catarina é exclusivamente marítima e corresponde à Plataforma Continental.
- c) a faixa de fronteira definida em lei alcança apenas os municípios interioranos e litorâneos, por se referirem à zona de segurança nacional.
- d) Dionísio Cerqueira faz fronteira com o Paraguai, na região da tríplice fronteira no Iguaçu.
- e) A faixa de fronteira ficou de fora do Território Federal do Iguaçu, criado por Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial.

72. A Guerra do Contestado (1912–1916) foi um dos maiores conflitos sociais da Primeira República brasileira. Ocorreu na área da divisa entre Santa Catarina e Paraná, envolvendo sertanejos, questões fundiárias, a construção da estrada de ferro e a atuação de empresas madeireiras estrangeiras.

Sobre o conflito, é correto afirmar que:

- a) a Guerra do Contestado foi um conflito internacional entre Brasil e Argentina, resolvido por arbitragem diplomática após a demarcação dos limites.
- b) o conflito envolveu a disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná, tensões sociais e fundiárias, a construção ferroviária e a exploração madeireira na região contestada.
- c) a Guerra do Contestado foi um movimento messiânico contra o capital estrangeiro e defendia a colonização do interior pelo caboclo.
- d) o conflito resultou exclusivamente de disputas religiosas entre ordens monásticas católicas, sem dimensão econômica.
- e) a Guerra do Contestado ocorreu no século XVIII, durante o período colonial, motivada pela disputa entre Portugal e Espanha pelos limites do Tratado de Tordesilhas.

73. A formação cultural de Santa Catarina resulta de fluxos migratórios sucessivos que ocuparam regiões específicas do território. Açorianos colonizaram o litoral a partir do século XVIII; alemães instalaram colônias no Vale do Itajaí e no Norte; italianos chegaram em grande escala a partir de 1875 e marcaram o Sul do estado. O patrimônio cultural reconhecido expressa essa pluralidade em arquitetura, festas e modos de vida.

Sobre essa formação cultural, é correto afirmar que:

- a) a imigração europeia tornou a cultura catarinense homogênea, com baixas diferenças regionais e relevância de outros grupos e processos históricos.
- b) a colonização açoriana, iniciada no século XVIII, marcou o litoral catarinense; a imigração alemã

deixou marcas como a arquitetura enxaimel no Vale do Itajaí; e a imigração italiana, intensificada a partir de 1875, contribuiu para a identidade do Sul do estado.

- c) a imigração italiana foi o primeiro fluxo migratório a chegar a Santa Catarina, precedendo a colonização açoriana em mais de um século.
- d) a arquitetura enxaimel, típica das áreas de colonização alemã, é originária da tradição construtiva italiana trazida pelos imigrantes vênnetos.
- e) o patrimônio cultural catarinense limita-se às manifestações de origem alemã, sem reconhecimento oficial de outras tradições étnicas.

74. O comércio exterior catarinense combina atividades agropecuárias, processamento industrial e atividades portuárias. As exportações agropecuárias tiveram peso expressivo no total exportado pelo estado. Entre os produtos destacados estavam carnes, madeira e soja. O dado permite analisar a importância das cadeias agroindustriais, mas não deve ser confundido com a participação dos setores na composição do Produto Interno Bruto.

Com base no recurso e nos conhecimentos sobre a economia catarinense, analise as afirmações.

- I. A participação do agronegócio nas exportações evidencia sua relevância para a inserção comercial do estado.
- II. O percentual dos valores produzidos demonstra que o agronegócio representa a maior participação nos valores adicionados ao PIB catarinense.
- III. O perfil exportador articula atividades primárias e processamento agroindustrial, sem se limitar à produção agrícola in natura.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, apenas.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

75. A produção de frangos em Santa Catarina está distribuída de forma desigual no território. A leitura de sua regionalização deve considerar a localização das unidades produtivas, a presença de agroindústrias e os fluxos que conectam propriedades rurais, fábricas de ração, abatedouros e centros de consumo ou exportação.

Frangos – Santa Catarina: microrregiões de origem das aves produzidas – 2025

Microrregião	Nº de aves (milhões) ⁽¹⁾	Participação (%)
Chapecó	196,33	21,4
Joaçaba	192,64	21,0
Concórdia	165,77	18,1
São Miguel do Oeste	76,89	8,4
Xanxerê	74,33	8,1
Canoinhas	49,92	5,5
Araranguá	49,53	5,4
Criciúma	40,18	4,4
Tubarão	24,07	2,6
Curitibanos	13,71	1,5
Demais microrregiões	32,21	3,5
Total	915,58	100

Fonte: Cidasc, abril/2026

⁽¹⁾ Os dados incluem as aves abatidas em Santa Catarina (97,2%) e aquelas abatidas em outras UF's (2,8%), bem como as diversas categorias de galinhas destinadas ao abate.

Analise as seguintes afirmações.

- I. O Oeste concentra parcela muito expressiva da produção de frangos, associada a uma cadeia agroindustrial regionalizada.
- II. A produção se concentra principalmente no litoral, pois a proximidade dos portos é condição necessária para a criação de aves.
- III. A cadeia avícola envolve relações entre produtores rurais e unidades de processamento, conectando atividades agropecuárias e industriais.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

76. A localização portuária catarinense favorece a circulação de produtos de diferentes regiões do estado e de áreas conectadas à rede logística regional. O Porto de São Francisco do Sul informou que, em 2024, movimentou 17 milhões de toneladas. As exportações corresponderam a 9,9 milhões de toneladas, com destaque para grãos agrícolas, entre eles soja e milho.

Analise as afirmações.

- I. O porto tem relevância na movimentação de grãos agrícolas, entre eles produtos destinados à exportação.
- II. A movimentação portuária pode refletir conexões logísticas que ultrapassam os limites do município onde o terminal está localizado.
- III. O perfil apresentado caracteriza o terminal como dedicado exclusivamente a cargas containerizadas, sem importância para grãos.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, apenas.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

77. “Santa Catarina conta com 14 polos industriais com inserção internacional. O número reflete a competitividade catarinense e a ousadia dos empreendedores do estado, que empata com Paraná e Rio Grande do Sul no número de arranjos produtivos com potencial exportador. De acordo com o estudo dos Polos Industriais de Referência, realizado pelo Observatório FIESC, em colaboração com a Rede de Observatórios do Sistema Indústria e a Confederação Nacional da Indústria, os estados do Sul ficam atrás apenas de São Paulo”.

Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/conheca-os-14-polos-industriais-catarinenses-com-insercao-internacional>.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A existência de múltiplos polos industriais indica que a economia do Norte Catarinense não depende de uma única atividade produtiva.
- b) A inserção internacional de cadeias industriais evidencia a conexão entre a produção regional e os mercados externos.
- c) Joinville exerce papel industrial relevante no estado, com destaque para o complexo metalmeccânico.
- d) Fatores históricos, estruturais e econômicos ajudam a explicar a especialização industrial de diferentes regiões catarinenses.
- e) A presença de polos industriais no Norte demonstra que a indústria de base catarinense se concentra exclusivamente nessa região do estado.

78. Santa Catarina está integralmente inserida na Mata Atlântica, mas isso não significa homogeneidade: a combinação de relevo, altitude, clima e solo produz formações campestres, de florestas tropicais (ombrófila densa) e da Mata das Araucárias (ombrófila mista). A natureza é condicionada pela posição do território em domínios subtropicais.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A Floresta Ombrófila Densa ocorre nas áreas mais próximas do litoral e da encosta atlântica.
- b) A Floresta Ombrófila Mista, marcada pela presença da araucária, desenvolve-se sobretudo nas áreas mais elevadas.
- c) Os campos naturais, como os de Lages, ocupam porções do alto planalto catarinense.
- d) Como todo o estado pertence à Mata Atlântica, sua cobertura original era formada por uma única floresta contínua e homogênea.
- e) A diversidade de formações vegetais é influenciada por fatores como altitude, relevo, solo e clima.

79. As inundações que atingem o Vale do Itajaí resultam da interação entre chuvas intensas, drenagem dos planaltos para os vales dos rios, e ocupação de áreas suscetíveis. Há monitoramento constante das chuvas e do volume dos rios.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O risco de inundação depende da interação entre fenômenos hidrológicos, ocupação do território e exposição da população.
- b) Chuvas volumosas podem elevar rapidamente os níveis dos rios, com impactos distintos conforme as características de cada trecho da bacia.
- c) A ocupação inadequada de áreas de preservação e de planícies de inundação aumenta a vulnerabilidade das cidades.
- d) O monitoramento hidrometeorológico apoia a emissão de alertas e as decisões de prevenção.
- e) A existência de barragens no sistema de contenção elimina definitivamente o risco de inundações e dispensa o planejamento do uso do solo.

80. Santa Catarina é o quarto maior produtor de leite do Brasil e, de acordo com a tabela a seguir, 9% da produção nacional.

Leite – Brasil: produção nos principais estados

Estado	Bilhões de litros						Var. % 2015-24	Partic. % 2024
	2015	2020	2021	2022	2023	2024		
Minas Gerais	9,14	9,69	9,61	9,36	9,42	9,78	7	27
Paraná	4,66	4,67	4,42	4,46	4,55	4,62	-1	13
Rio Grande do Sul	4,60	4,25	4,40	4,07	4,11	4,03	-12	11
Santa Catarina	3,06	3,14	3,16	3,13	3,20	3,30	8	9
Goiás	3,41	3,17	3,12	3,00	2,98	2,92	-14	8
São Paulo	1,77	1,65	1,57	1,52	1,53	1,51	-15	4
Pernambuco	0,86	1,04	1,14	1,17	1,33	1,46	70	4
Bahia	0,98	1,06	1,20	1,28	1,24	1,27	29	4
Ceará	0,49	0,87	0,96	1,07	1,14	1,21	147	3
Sergipe	0,38	0,36	0,44	0,50	0,66	0,68	79	2
Outros	5,26	5,41	5,17	4,99	5,09	4,97	-6	14
Brasil	34,61	35,32	35,18	34,55	35,25	35,74	3	100

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2025)

A ocupação do Oeste catarinense foi marcada pela divisão da terra em pequenos lotes, herdada da colonização europeia. Sobre essa base formou-se uma agropecuária familiar, hoje articulada a cooperativas e agroindústrias, que possibilitou o oeste do estado se tornar a principal bacia leiteira de Santa Catarina, com a maior parte produzida em pequenos estabelecimentos.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A colonização do Oeste baseou-se na divisão das terras em pequenos lotes, favorecendo a agricultura familiar.
- b) O Oeste consolidou-se como a principal bacia leiteira de Santa Catarina.
- c) A formação da cadeia leiteira do Oeste decorreu da concentração fundiária em grandes latifúndios de pecuária extensiva.
- d) A diversificação produtiva, com grãos, suínos, aves e leite, marca a agropecuária do Oeste catarinense.
- e) A cadeia leiteira regional articula produtores familiares, cooperativas e a indústria de laticínios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

81. Considerando os princípios gerais da atividade econômica previstos na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito das empresas estatais, é correto afirmar:
- a) as empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado, desde que autorizados em lei específica.
 - b) o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços será estabelecido por lei complementar federal.
 - c) ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
 - d) a responsabilidade da pessoa jurídica por atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes.
 - e) segundo o Supremo Tribunal Federal, as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica em regime de concorrência submetem-se ao regime de precatórios, em razão da participação majoritária do Estado em seu capital.

82. Sobre o controle de constitucionalidade, considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- a) não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- b) no controle difuso, a resolução do Senado Federal que suspende a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal é indispensável para que essa decisão produza efeitos para além das partes do processo.
- c) a cláusula de reserva de plenário aplica-se também às turmas recursais dos juizados especiais, uma vez que estas exercem, no âmbito do respectivo sistema, a função de órgão de segundo grau.
- d) segundo a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os Tribunais de Contas não dispõem de competência para declarar a inconstitucionalidade de leis, ainda que incidentalmente, competência reservada ao Poder Judiciário, sem prejuízo do controle de legalidade dos atos administrativos que lhes incumbe.
- e) a declaração incidental de inconstitucionalidade, proferida no controle difuso, produz, em regra, efeitos ex nunc, somente retroagindo se houver expressa modulação pelo órgão julgador.

83. A respeito das funções essenciais à Justiça, considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- a) o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas integra a estrutura do Ministério Público comum, subordinando-se administrativamente ao respectivo Procurador-Geral de Justiça.
- b) os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício.
- c) ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira, cabendo-lhe elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) aos membros do Ministério Público é permitido o exercício de atividade político-partidária, desde que afastados do cargo mediante licença.
- e) à Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional e administrativa, mas sua proposta orçamentária depende de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, a quem cabe fixar-lhe os limites de despesa.

84. Considerando o regime constitucional da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (arts. 70 a 74 da Constituição Federal) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- a) o dever de prestar contas alcança somente as pessoas jurídicas de direito público que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos, não se estendendo a pessoas físicas ou a entidades privadas.
- b) compete ao Tribunal de Contas da União realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial por iniciativa própria ou por solicitação do Plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, sendo-lhe vedado atendê-las quando formuladas por comissão técnica ou de inquérito.
- c) a competência para julgar as contas dos Prefeitos, inclusive quando atuem como ordenadores de despesa, é da Câmara Municipal, cabendo ao Tribunal de Contas apenas a emissão de parecer prévio, que somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa.
- d) a comissão mista permanente do Congresso Nacional, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá determinar diretamente a sustação da despesa, comunicando a decisão ao Tribunal de Contas da União.
- e) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.

85. A respeito da estrutura, do funcionamento e das atribuições do Poder Legislativo, é correto afirmar:

- a) o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, e a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei do plano plurianual.
- b) compete privativamente à Câmara dos Deputados fixar, por decreto legislativo, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas ao Supremo Tribunal Federal, para que decida sobre a manutenção da prisão.
- d) compete exclusivamente ao Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, bem como fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- e) perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada, sendo a perda decidida pela Casa respectiva, por maioria absoluta.

86. Sobre o processo legislativo, considerando a Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o projeto de lei orçamentária anual, ao qual as emendas parlamentares podem ser apresentadas livremente, independentemente de compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- b) as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional, podendo versar sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos, vedada apenas a delegação de matéria reservada à lei complementar.
- c) o veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea, e será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
- d) a sanção do Presidente da República supre o vício de iniciativa de projeto de lei que verse sobre matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, convalidando a lei dele resultante.
- e) as leis que disponham sobre a criação de cargos e a fixação da remuneração dos servidores dos Tribunais de Contas são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, por se tratar de matéria relativa a servidores públicos.

87. Nos termos do art. 84 da Constituição Federal, que trata das atribuições do Presidente da República, é correto afirmar:

- a) compete privativamente ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- b) compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, inclusive quando isso implicar a criação de órgãos ou o aumento de despesa.
- c) o Presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado a competência para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis, desde que a delegação observe os limites nela traçados.
- d) compete privativamente ao Presidente da República enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição, bem como nomear os Ministros do Tribunal de Contas da União.
- e) compete privativamente ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, e celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Poder Legislativo.

88. Considerando as disposições gerais relativas ao Poder Judiciário, é correto afirmar:

- a) o Estatuto da Magistratura será estabelecido por lei complementar de iniciativa do Presidente da República, observados os princípios fixados na Constituição.
- b) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e tomadas em sessão reservada, sendo as disciplinares adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- c) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, e, se os tribunais não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) é vedado aos juízes exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- e) os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham sessenta anos ou mais, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, sem qualquer limite de valor.

89. Considerando as disposições gerais sobre a administração pública é correto afirmar:

- a) somente por lei específica poderão ser criadas autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar definir as áreas de atuação desta última.
- b) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, desde que sob fundamento diverso.
- c) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível, sendo imprescritíveis, as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso de improbidade.
- d) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes de regime próprio de previdência com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive nos casos de cargos acumuláveis na forma da Constituição, de cargos eletivos e de cargos em comissão.
- e) ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, é facultado permanecer no exercício do cargo, desde que haja compatibilidade de horários.

90. Sobre o regime constitucional dos servidores públicos é correto afirmar:

- a) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados por vencimentos, acrescidos das gratificações e adicionais previstos em lei.
- b) aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo público, dentre os direitos assegurados aos trabalhadores pela Constituição, a participação nos lucros ou resultados e a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- c) a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada sob a forma de subsídio, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, observados os limites da lei de diretrizes orçamentárias.
- d) lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
- e) o Poder Judiciário pode aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento da isonomia, desde que comprovada a identidade de atribuições entre os cargos comparados.

91. No Estado Alfa, um movimento político da região norte defende a criação do Estado Gama, por desmembramento do território de Alfa. Paralelamente, no Município Beta, situado nessa mesma região, moradores do distrito de Vila Nova pleiteiam a emancipação do distrito, com a criação de um novo Município. Considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- a) a criação do Estado Gama dependerá de aprovação, mediante plebiscito, apenas dos habitantes da região norte a ser desmembrada, seguida de lei ordinária do Congresso Nacional.
- b) a criação do Estado Gama dependerá de aprovação, mediante plebiscito, da população de todo o Estado Alfa — tanto da área a ser desmembrada quanto da área remanescente — e de lei complementar do Congresso Nacional, ouvida a Assembleia Legislativa interessada.
- c) a emancipação de Vila Nova poderá ser efetivada por lei do Estado Alfa, após consulta plebiscitária restrita aos moradores do distrito, que são a população diretamente interessada.
- d) a emancipação de Vila Nova poderá ser efetivada por lei do Estado Alfa, dentro do período fixado em lei complementar estadual, dispensada a edição de lei complementar federal sobre a matéria.
- e) caso o movimento da região norte opte, alternativamente, pela constituição de um Território Federal, sua criação dependerá apenas de lei ordinária federal, dispensada a consulta plebiscitária, uma vez que o Território integra a União e não possui autonomia política.

92. Sobre os bens públicos é correto afirmar:

- a) são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como as águas subterrâneas.
- b) são bens dos Estados as ilhas fluviais e lacustres situadas nas zonas limítrofes com outros países, bem como as praias marítimas.
- c) é assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- d) as terras devolutas pertencem, em regra, à União, incluídas as indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.
- e) os recursos minerais, inclusive os do subsolo, pertencem ao proprietário do solo em que se encontram, assegurada à União a participação no resultado de sua exploração.

93. O Estado Alfa editou a Lei estadual nº 1, que cria novas infrações de trânsito e fixa as respectivas penalidades, e a Lei estadual nº 2, que obriga os fornecedores a informar, de forma ostensiva, o prazo de validade dos produtos expostos à venda. O Município Beta, por sua vez, editou a Lei municipal nº 3, que fixa o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais locais, e a Lei municipal nº 4, que fixa o horário de funcionamento das agências bancárias em seu território. Considerando a repartição constitucional de competências e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- a) a Lei estadual nº 1 é constitucional, pois a competência para legislar sobre trânsito e transporte é concorrente entre a União e os Estados.
- b) a Lei estadual nº 2 é inconstitucional, pois a competência para legislar sobre produção, consumo e responsabilidade por dano ao consumidor é privativa da União.
- c) a Lei municipal nº 3 é inconstitucional, pois o horário de funcionamento do comércio é matéria de direito do trabalho, de competência privativa da União.
- d) a Lei municipal nº 4 é inconstitucional, pois a fixação do horário de funcionamento das agências bancárias é competência da União, embora o Município possa legislar sobre o tempo máximo de espera dos usuários em fila e sobre a segurança e o conforto dos estabelecimentos bancários.
- e) as quatro leis são constitucionais, pois a competência concorrente autoriza os Estados e, supletivamente, os Municípios a legislar sobre todas as matérias nele previstas.

94. Regina, brasileira nata, mudou-se para os Estados Unidos, onde adotou, de forma regular e definitiva, duas crianças norte-americanas, Emily e Sarah. Após a adoção, registrou as certidões de nascimento e de adoção das meninas na repartição consular brasileira. De volta ao Brasil, requereu na Justiça Federal o reconhecimento das filhas como brasileiras natas. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- a) Emily e Sarah poderão adquirir apenas a condição de brasileiras naturalizadas, pois a nacionalidade originária transmitida por pai ou mãe brasileiros a quem nasce no exterior pressupõe vínculo biológico, inexistente na adoção.
- b) Emily e Sarah somente poderão ser reconhecidas como brasileiras natas se vierem a residir no Brasil e, depois de atingida a maioridade, optarem pela nacionalidade brasileira, sendo irrelevante o registro consular já realizado.
- c) a igualdade constitucional entre filhos biológicos e adotivos restringe-se ao Direito de Família e das Sucessões, não alcançando o direito à nacionalidade, que se rege exclusivamente por critérios próprios.
- d) ainda que reconhecidas como brasileiras natas, Emily e Sarah poderão ter a nacionalidade brasileira cancelada caso a adoção venha a ser posteriormente desfeita no país de origem, hipótese que se equipara ao cancelamento da naturalização.
- e) Emily e Sarah são brasileiras natas, pois a igualdade constitucional entre filhos biológicos e adotivos estende-se ao direito à nacionalidade, de modo que a pessoa nascida no exterior, adotada por brasileiro e registrada em repartição consular competente adquire a nacionalidade originária.

95. Um grupo de microempresas e empresas de pequeno porte do comércio varejista de determinado Município, insatisfeito com a atuação do sindicato patronal do comércio já existente naquela base territorial, requereu ao Ministério do Trabalho o registro de um novo sindicato, denominado “Sindicato das Micro e Pequenas Empresas do Comércio Varejista”, sob o argumento de que as empresas de menor porte têm interesses econômicos distintos dos das grandes redes e, por isso, formariam categoria econômica própria. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- a) o registro deve ser negado, pois a Constituição veda a existência de mais de uma organização sindical representativa da mesma categoria econômica na mesma base territorial, e o porte da empresa ou o número de seus empregados não constitui critério apto a definir uma categoria econômica distinta.
- b) o registro deve ser deferido, uma vez que a Constituição assegura a liberdade de associação sindical e proíbe a interferência do Poder Público na organização sindical, cabendo exclusivamente aos interessados definir a categoria que pretendem representar.
- c) o registro deve ser deferido, pois o tratamento favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, assegurado como princípio da ordem econômica, autoriza a criação de entidades sindicais próprias para esses empreendimentos.
- d) o registro deve ser negado apenas se a base territorial pretendida for inferior à área de um Município, pois, respeitado esse limite mínimo, a Constituição admite a coexistência de sindicatos da mesma categoria em uma mesma base.
- e) o registro deve ser deferido, desde que as microempresas interessadas se desfiliem previamente do sindicato patronal preexistente, pois ninguém é obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a um sindicato.

96. Marcos foi aprovado em concurso público para o cargo efetivo de Analista Estadual de Finanças Públicas da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. Convocado para a posse, apresentou certidão que revelava condenação criminal transitada em julgado, por crime cometido anos antes, cuja pena ainda cumpre em regime aberto. A administração indeferiu a posse exclusivamente porque Marcos não se encontra no gozo dos direitos políticos nem possui quitação eleitoral, requisitos exigidos pela lei e pelo edital. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- a) o indeferimento é válido, pois a condenação criminal transitada em julgado suspende os direitos políticos enquanto durarem seus efeitos, e o pleno gozo dos direitos políticos é requisito de acesso aos cargos públicos que não comporta exceção.
- b) o indeferimento é inconstitucional, pois, quando a ausência de gozo dos direitos políticos decorrente de condenação criminal for o único fundamento para a eliminação do candidato, a vedação à posse viola a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, devendo Marcos ser empossado, ficando o início do efetivo exercício do cargo condicionado ao término da pena ou a decisão judicial.
- c) o indeferimento é inconstitucional, e Marcos deverá ser empossado e entrar imediatamente em exercício, uma vez que a suspensão dos direitos políticos cessa com a progressão da pena para o regime aberto.
- d) o indeferimento é válido, porque a Constituição admite a cassação dos direitos políticos como efeito da condenação criminal, o que impede o acesso a cargos públicos até que o condenado obtenha a reabilitação.
- e) o indeferimento é inconstitucional, porque a Constituição não permite que a lei ou o edital exijam o gozo dos direitos políticos como requisito de investidura em cargo público, exigência que se aplica apenas à elegibilidade.

97. A associação “Vida Livre”, entidade da sociedade civil dedicada à defesa dos animais, promoveu campanha nas redes sociais denunciando maus-tratos a animais em um rodeio realizado anualmente em determinado Município e conclamando as empresas patrocinadoras e o próprio Poder Público municipal a retirar o apoio financeiro e institucional ao evento. A entidade organizadora do rodeio ajuizou ação pedindo a cessação da campanha, a retirada das publicações e indenização por danos morais, sob o argumento de que as denúncias, não comprovadas, ofenderam sua honra e afastaram patrocinadores. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- a) a campanha configura abuso da liberdade de expressão, pois a Constituição não protege manifestações que causem prejuízo econômico a terceiros, sendo cabível a ordem judicial de cessação da campanha independentemente da análise da má-fé da associação.
- b) a ordem judicial de retirada das publicações é admissível como medida preventiva, uma vez que a vedação constitucional à censura alcança apenas a censura de natureza política, ideológica e artística exercida pelo Poder Executivo.
- c) a campanha está protegida pela liberdade de expressão de forma absoluta, sendo vedada qualquer responsabilização civil da associação, ainda que comprovada a divulgação consciente de informações falsas.
- d) a associação responde civilmente pelos danos causados, bastando à organizadora do rodeio demonstrar que as denúncias não foram comprovadas, pois a liberdade de expressão não abrange a imputação de fatos controversos a terceiros.
- e) a campanha está, em regra, protegida pela liberdade de expressão, e a responsabilização civil da associação — inclusive a determinação de cessação da campanha e de retirada do conteúdo — somente será possível se comprovada má-fé, caracterizada pelo dolo decorrente do

conhecimento prévio da falsidade da declaração ou pela culpa grave decorrente de evidente negligência na apuração da veracidade do fato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

98. A respeito das garantias constitucionais e dos remédios postos à disposição do cidadão para coibir o abuso de poder, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal exige o recolhimento prévio de taxa específica para o exercício do direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Conforme disposição expressa do art. 5º, XXXIV, da Constituição Federal, o direito de petição é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, para a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- c) O mandado de segurança é instrumento cabível unicamente contra atos praticados por agentes de pessoas jurídicas de direito público, excluindo-se as atribuições delegadas do Poder Público.
- d) A desapropriação de um bem por prefeito municipal com o intuito de beneficiar ou prejudicar determinado indivíduo consubstancia hipótese de excesso de poder por vício de competência.
- e) A concessão de licença a servidor promovida por autoridade que não possui a devida competência ou delegação caracteriza desvio de finalidade.

99. Considere as disposições expressas da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) relativas à classificação das informações quanto ao grau de sigilo e à proteção de informações pessoais. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A informação classificada no grau reservado permanecerá sob restrição de acesso pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, enquanto a informação secreta vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos.
- b) As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção.
- c) competência para classificar a informação no grau de sigilo ultrassecreto cabe exclusivamente ao Presidente da República, sendo vedada qualquer delegação dessa atribuição a agentes públicos.
- d) O consentimento expresso da pessoa a que se referem as informações pessoais será indispensável em qualquer situação, não sendo admitida a divulgação das informações mesmo quando necessária à prevenção e diagnóstico médico do incapaz.
- e) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta é de 30 (trinta) anos, contados a partir do encerramento do mandato da autoridade que a classificou.

100. O controle da Administração Pública abrange o julgamento de contas, a fiscalização orçamentária e os limites de atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A respeito da jurisprudência correlata aos sistemas de controle, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional norma estadual que concede ao Tribunal de Contas local a prerrogativa de determinar a realização de auditorias aos órgãos de controle interno dos demais Poderes estaduais.
- b) A inércia do Tribunal de Contas estadual em emitir o parecer prévio, quando extrapolado em muito o prazo constitucionalmente estipulado, não impede o Poder Legislativo de julgar as contas anuais do chefe do Poder Executivo estadual.
- c) A pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas que imputa débito a responsável é imprescritível, nos termos do art. 37, § 5º, da Constituição Federal.
- d) A apreciação das contas de gestão prestadas por Prefeitos na qualidade de ordenadores de despesas compete exclusivamente às Câmaras Municipais, cabendo ao Tribunal de Contas a emissão de mero parecer prévio.
- e) O julgamento das contas dos órgãos do Poder Legislativo que auxiliam o controle externo, como o Tribunal de Contas, deve ser efetuado de forma conclusiva pelo próprio plenário da Corte de Contas.

101. Durante a fase de instrução processual de uma ação de improbidade administrativa, o Ministério Público requereu cautelar no decorrer do processo, pleiteando o afastamento provisório do agente do cargo funcional. A respeito da medida de afastamento preventivo regida pelo art. 20 da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) O afastamento preventivo constitui sanção de natureza punitiva aplicável independentemente do trânsito em julgado.
- b) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- c) O afastamento cautelar acarretará o encerramento do pagamento do subsídio ou vencimento ao servidor durante todo o período em que perdurar a medida.
- d) O afastamento preventivo poderá ser determinado diretamente pela autoridade administrativa responsável pela apuração interna dos fatos.
- e) A medida cautelar de afastamento poderá ser fixada pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias.

102. Considere a situação em que um órgão da Administração Pública Federal efetuou a classificação de determinada informação no grau de sigilo secreto, sob o fundamento de que sua divulgação poderia pôr em risco a vida e a segurança da população. Passados dez anos da data de produção da informação, um cidadão apresentou pedido de desclassificação do documento, requerendo acesso integral ao seu conteúdo. O pedido de desclassificação foi protocolado diretamente perante a autoridade classificadora do respectivo órgão e, em decisão fundamentada, foi indeferido. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a afirmativa correta quanto ao procedimento recursal cabível:

- a) O requerente poderá interpor recurso à Controladoria-Geral da União no prazo de dez dias contados da ciência da decisão que indeferiu o pedido de desclassificação.
- b) Negado o pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, pode o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, e esse recurso será submetido diretamente a essa autoridade, sem necessidade de tramitação hierárquica prévia.
- c) Negado o pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, pode o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, ressalvado que esse recurso somente pode ser dirigido a esta autoridade depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
- d) O requerente deverá submeter recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações para reavaliar a classificação, não cabendo recurso ao Ministro de Estado em se tratando de sigilo grau secreto.
- e) O requerente poderá interpor recurso hierárquico no prazo de cinco dias, a contar da ciência da decisão impugnada, devendo a autoridade revisora deliberar no prazo de dez dias.

103. Acerca dos atos de improbidade administrativa e do entendimento dos Tribunais Superiores sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública possui legitimidade autônoma e concorrente para propor a ação civil de improbidade administrativa.
- b) A utilização conjunta das Leis n. 8.429/1992 e n. 12.846/2013 para fundamentar uma mesma ação civil configura, por si só, violação ao princípio do *non bis in idem*, acarretando nulidade da inicial.
- c) O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns é extensível às ações de improbidade administrativa, em razão da gravidade das sanções impostas.
- d) Para fins de indisponibilidade de bens, há solidariedade entre os corréus da ação de improbidade administrativa, sendo permitido e lícito que o bloqueio judicial corresponda ao débito total exigido em relação a cada um dos envolvidos individualmente.
- e) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, é admissível mesmo sem previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa, não configurando confisco ou enriquecimento ilícito do Estado.

104. A responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas prestadoras de serviço público é tema frequente em demandas judiciais, possuindo contornos bem definidos pela jurisprudência dos Tribunais Superiores. Com base nesse entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado responde solidariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários do serviço, restando afastada tal objetividade em relação aos terceiros não-usuários.
- c) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- d) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo facultado ao ofendido demandar diretamente contra o autor do ato.
- e) Caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, sendo irrelevante e dispensável a demonstração do nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

105. A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu expressamente no seu texto o princípio do desenvolvimento nacional sustentável aplicável às contratações públicas, que deve permear as diversas fases e instrumentos do processo licitatório. Acerca da aplicação e das disposições atinentes a esse princípio na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) A busca pelo desenvolvimento nacional sustentável impõe que, em processos de licitação, o menor preço global ou unitário, conjugado à melhor técnica, prevaleçam sobre a utilização de bens reciclados e recicláveis, vedando-se a criação de margem de preferência baseada apenas em sustentabilidade ambiental.
- b) As licitações públicas devem assegurar que o estudo técnico preliminar contemple unicamente a descrição da finalidade e viabilidade técnica da contratação, sendo que as medidas mitigadoras e os requisitos de baixo consumo devem ser elencados exclusivamente no projeto executivo da obra ou serviço.
- c) O desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas fundamenta a possibilidade da criação de medidas de compensação comercial ou tecnológica a serem observadas por órgãos e entidades da administração, sem possibilidade de aplicar o princípio às questões de proteção ambiental, que têm regulamento apartado.
- d) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, entre outros, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem a prática de mitigação, que reduza o uso de recursos e emissões.
- e) O atendimento a normas e especificações ambientais na licitação e contratação pública garante a escolha da proposta pautada no aspecto econômico em sentido estrito, por não se admitir contratação por valor superior por empresas que adotam critérios ambientais ou que geram emprego e renda.

106. A Administração Pública, no exercício de suas prerrogativas contratuais e buscando assegurar a regularidade da execução dos contratos administrativos, estabelece mecanismos de fiscalização e atuação. No tocante a essas prerrogativas, denominadas cláusulas exorbitantes na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta:

- a) A administração é obrigada a manter, no local da obra ou do serviço, um preposto por ela designado, sendo este o único responsável por assumir a responsabilidade civil objetiva pela precisão das informações e regularização das faltas observadas.
- b) Em decorrência do princípio da excepcionalidade dos contratos administrativos, a legislação veda a contratação de terceiros para assistir os fiscais de contrato, exigindo-se que a atividade de fiscalização e assessoramento seja privativa dos servidores públicos de controle interno da Administração.
- c) Nos contratos firmados pela Administração Pública, caso haja atraso superior a sessenta dias, contado do vencimento das obrigações contratuais, o contratado poderá opor imediatamente a exceção do contrato não cumprido, suspendendo os serviços, independentemente de ocorrência de estado de calamidade pública.
- d) Quando as medidas para a regularização de faltas ou defeitos na execução do contrato ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, este deverá adotar providências cautelares imediatas para extinção do contrato, substituindo a autoridade superior no ato para evitar prejuízo ao erário.
- e) É permitido à administração a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar o fiscal do contrato com informações, sendo que essa contratação não eximirá de responsabilidade o fiscal, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado, o qual não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.

107. O prazo de duração dos contratos administrativos obedece a limites e regras específicas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que variam de acordo com a natureza, os investimentos exigidos e o objeto da avença. Acerca da vigência dos contratos, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo máximo aplicável aos contratos de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática é de quinze anos, por se tratarem de operação continuada de sistemas estruturantes, cuja descontinuidade pode comprometer a atuação dos órgãos públicos.
- b) Os contratos cujo objeto é a prestação de serviços com o objetivo de proporcionar economia ao contratante terão duração de até 35 anos, desde que o ente público seja usuário do serviço oferecido em regime de monopólio com previsão orçamentária atestada no plano plurianual (PPA).
- c) Os contratos em que a administração for usuária de serviço público, quando os serviços forem oferecidos em regime de monopólio, poderão ter vigência por prazo indeterminado, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- d) Na contratação que gere receita para a administração, os prazos de duração serão de até 10 anos quando houver exigência legal de elaboração de benfeitorias permanentes custeadas pelo contratado, revertidas ao término do contrato.
- e) Para os contratos firmados por escopo predefinido, em virtude do princípio da eficiência, o prazo estipulado é improrrogável; caso a contratada não conclua a prestação pactuada no prazo exato, o contrato extinguir-se-á automaticamente, instaurando-se imediata licitação para finalização da obra ou serviço.

108. Durante o exercício de suas atividades, um Auditor Fiscal da Receita Estadual de Santa Catarina constata que a Secretaria da Fazenda necessita compartilhar determinados dados pessoais de contribuintes com uma instituição bancária privada, com a finalidade de viabilizar a arrecadação de tributos. Considerando o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a afirmativa correta.

- a) Em regra, é vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, sendo uma das exceções a hipótese em que a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres.
- b) A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado não dependerá de consentimento do titular, caso a entidade pública comprove interesse meramente econômico na transação.
- c) Os dados sob a guarda da Secretaria da Fazenda deverão ser mantidos exclusivamente em formato não estruturado, a fim de evitar a interoperabilidade com sistemas privados e salvaguardar o direito fundamental à privacidade dos contribuintes.
- d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência submetem-se ao mesmo tratamento e regime jurídico dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público para todas as regras da LGPD.
- e) O Poder Público pode transferir a entidades privadas dados pessoais de forma livre e incondicionada, dispensando-se a previsão legal, desde que o tratamento não envolva dados pessoais sensíveis e a operação seja informada à autoridade nacional posteriormente.

109. A Lei nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Acerca das disposições gerais aplicáveis à responsabilização e às regras do acordo de leniência, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilização da pessoa jurídica é objetiva, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício, ao passo que a responsabilização de seus dirigentes ou administradores somente será subjetiva, na medida da culpabilidade de cada um.
- b) A celebração do acordo de leniência traz benefícios para a proponente, como a isenção de algumas sanções e a redução da multa, o que exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado ao erário.
- c) A proposta de acordo de leniência que vier a ser rejeitada pela autoridade competente importará em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica proponente.
- d) No caso de fusão e incorporação, a responsabilidade da empresa sucessora é integral, de modo que ela poderá sofrer todas as sanções previstas em lei decorrentes de atos ocorridos antes da data da operação societária, independentemente de simulação ou fraude.
- e) A celebração do acordo de leniência não interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção, o qual flui ininterruptamente a contar da data da ciência da infração.

110. Uma determinada Agência Reguladora federal, autarquia de regime especial vinculada a um Ministério, publicou um regulamento normativo por meio do qual inovou originariamente a ordem jurídica nacional e estipulou novas infrações e respectivas sanções severas às empresas reguladas do setor, punições estas não cominadas na lei de criação do respectivo ente e sem expressa delegação do Congresso Nacional. A atuação normativa promovida pela entidade no contexto exposto encontra-se

- a) constitucional, na medida em que a autonomia reforçada das agências reguladoras as dispensa de prestar contas ao Tribunal de Contas da União ou a qualquer outra entidade externa, legitimando sua independência normativa.
- b) inconstitucional, pois os processos administrativos instaurados por agências reguladoras para criação de novas sanções devem necessariamente seguir procedimento submetido à prévia aprovação do Tribunal de Contas da União.
- c) inconstitucional, pois as Agências Reguladoras não poderão, no exercício de seu poder normativo, inovar primariamente a ordem jurídica sem expressa delegação, tampouco criar ou aplicar sanções não previstas em lei.
- d) constitucional, pois a lei que institui a agência delega plenamente o poder regulamentar em matérias de interesse geral, permitindo-se até mesmo inovar preceitos de standards jurídicos sem qualquer definição em lei.
- e) inconstitucional, na medida em que apenas a Câmara de Vereadores, valendo-se de sua personalidade judiciária, possui legitimidade para inovar em matéria de direito sancionador.

111. Em relação ao regime jurídico da revogação dos atos administrativos e às suas limitações materiais, assinale a alternativa correta:

- a) A revogação alcança atos administrativos vinculados e atos cujos efeitos já se exauriram integralmente no mundo jurídico.

- b) Os meros atos administrativos, como as certidões e os atestados, são passíveis de revogação por juízo de conveniência e oportunidade do administrador.

- c) A revogação de um ato administrativo opera efeitos *ex nunc*, preservando os efeitos já produzidos pelo ato até o momento em que é revogado.

- d) A ab-rogação consiste na revogação parcial de um ato administrativo, ao passo que a derrogação representa a sua extinção total.

- e) O Poder Judiciário, no exercício da função jurisdicional típica de controle de legalidade, possui competência para revogar atos administrativos inconvenientes e inoportunos praticados pelo Poder Executivo.

112. Em relação à organização da Administração Pública e à disciplina constitucional aplicável à instituição das entidades da Administração Indireta, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal estabelece que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista adquirem personalidade jurídica de direito público no exato momento da entrada em vigor da lei que autoriza sua criação.

- c) As autarquias e as fundações públicas de direito público adquirem personalidade jurídica após o registro de seus atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

- d) A criação de órgãos públicos integrantes da Administração Direta independe de lei em sentido formal, podendo ser realizada mediante decreto autônomo editado pelo Chefe do Poder Executivo.

- e) O controle finalístico realizado pela Administração Direta sobre a Indireta é amplo e ilimitado, prescindindo de qualquer previsão na lei de criação do ente descentralizado.

113. Com relação às regras constitucionais e às teses jurisprudenciais firmadas pelos Tribunais Superiores em matéria de prestação, delegação e interrupção dos serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) As razões de ordem técnica ou de segurança das instalações justificam o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais, desde que haja prévia notificação ao usuário.
- b) É legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica do usuário inadimplente mesmo quando a interrupção puder afetar diretamente o direito à saúde e à integridade física do indivíduo.
- c) A inadimplência do usuário em relação a débitos pretéritos autoriza a concessionária a proceder à interrupção imediata do fornecimento do serviço público essencial.
- d) A cobrança promovida por concessionária de rodovia em face de autarquia prestadora de serviços de saneamento básico pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida é válida para assegurar a modicidade tarifária.
- e) O corte do fornecimento de serviço público por débito decorrente de suposta irregularidade no medidor apurada unilateralmente pela concessionária é reputado legítimo pelo Superior Tribunal de Justiça.

114. O Estado de Santa Catarina estuda a viabilidade de firmar uma Parceria Público-Privada (PPP) para a construção, operação e manutenção de uma nova rodovia estadual, com a previsão de cobrança de pedágio dos usuários e de contraprestação pecuniária pelo ente público, visando garantir a modicidade tarifária. Considerando as normas de licitação e contratação de PPPs dispostas na Lei nº 11.079/2004 e a situação hipotética descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade de concessão descrita na situação hipotética é a concessão administrativa, visto que o Estado atuará como usuário indireto da prestação dos serviços outorgados.
- b) O contrato de parceria público-privada a ser celebrado poderá ter o valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), desde que o período de prestação do serviço seja igual ou superior a 5 (cinco) anos.
- c) A referida combinação de tarifa cobrada dos usuários e contraprestação pecuniária dependerá de autorização legislativa quando mais de 70% (setenta por cento) da remuneração paga ao parceiro privado for realizada pela Administração Pública.
- d) É plenamente admitido que o Estado de Santa Catarina seja o titular da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico constituída para implantar e gerir o objeto da parceria, a fim de resguardar o interesse público.
- e) O contrato em questão não poderia ter como objeto único o fornecimento e instalação de equipamentos, porém é admitido que o seu objeto seja, com exclusividade, a execução de obra pública de grande vulto.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO*Gabriela Zavadinack*

115. Sobre os instrumentos de planejamento orçamentário previstos na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar:

- a) a lei orçamentária anual, por força de vedação constitucional expressa, não pode conter qualquer autorização para abertura de créditos suplementares, exigindo-se lei específica para cada crédito a ser aberto no exercício.
- b) o plano plurianual, uma vez aprovado, vincula apenas os exercícios financeiros abrangidos pelo mandato do Chefe do Executivo que o elaborou, extinguindo-se automaticamente com o término desse mandato, ainda que os programas nele previstos não tenham sido concluídos.
- c) a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, devendo ser acompanhada de anexo de metas fiscais e de anexo de riscos fiscais, no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- d) compete à lei de diretrizes orçamentárias fixar o montante e a especificação das despesas do exercício financeiro subsequente, discriminadas por unidade orçamentária, categoria econômica e fonte de recursos.
- e) a compatibilização entre o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias é dispensável sempre que a legislação do respectivo ente federativo assim o autorizar, prevalecendo, nessa hipótese, o que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

116. Sobre os princípios orçamentários consagrados pela Constituição Federal e pela Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

- a) o princípio da universalidade exige que a lei orçamentária anual contemple todas as receitas e despesas, à exceção das relativas ao orçamento de investimento das empresas estatais, que permanecem fora da LOA por disposição constitucional expressa.
- b) o princípio da não afetação de receitas de impostos é absoluto, não comportando qualquer exceção, ainda que prevista em lei.
- c) o princípio do equilíbrio orçamentário, na formulação clássica, exige que as despesas fixadas sejam sempre inferiores às receitas previstas, sendo vedada, em qualquer hipótese, a existência de déficit orçamentário.
- d) o princípio da anualidade impede que a lei orçamentária anual autorize a abertura de créditos cuja vigência ultrapasse o exercício financeiro a que se refere, ainda que se trate de créditos especiais ou extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- e) o princípio da exclusividade veda que a lei orçamentária anual contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvando-se dessa vedação a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

117. Quanto à classificação da receita pública nos termos da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

- a) a receita tributária classifica-se como receita de capital, uma vez que decorre do exercício do poder de tributar, atributo inerente à soberania estatal.
- b) receitas de capital são, entre outras, as provenientes da alienação de bens móveis e imóveis e de amortização de empréstimos, bem como as transferências de capital recebidas de outras pessoas de direito público ou privado.
- c) as receitas correntes compreendem exclusivamente as receitas tributárias e de contribuições, não se incluindo nessa categoria as receitas patrimoniais e agropecuárias, as quais são consideradas como ingressos extraorçamentários.
- d) constitui receita orçamentária, para todos os efeitos, o ingresso de valores a título de caução, fiança e depósitos, ainda que sujeitos a devolução posterior ao depositante.
- e) a classificação da receita pública em corrente e de capital é irrelevante para a apuração do resultado orçamentário, servindo apenas a propósitos estatísticos.

118. Determinado Estado, ao identificar um contribuinte de IPVA do exercício, expediu notificação de lançamento fixando o valor devido. Posteriormente, o contribuinte compareceu à rede bancária conveniada e efetuou o pagamento do tributo, sendo o valor, dias depois, transferido pelo banco arrecadador à conta única do Tesouro estadual. Considerando os estágios da receita pública, é correto afirmar que, nessa sequência de atos,

- a) a notificação de lançamento corresponde ao estágio da previsão, dispensando-se, para os tributos lançados de ofício, os estágios da arrecadação e do recolhimento.
- b) o pagamento efetuado pelo contribuinte junto à rede bancária conveniada já corresponde ao estágio do recolhimento, sendo a transferência posterior ao Tesouro formalidade contábil sem relevância orçamentária.

c) o estágio da previsão somente se completa com a efetiva transferência dos recursos à conta única do Tesouro, de modo que a arrecadação e o recolhimento são, na verdade, subespécies de um mesmo estágio.

d) a notificação de lançamento corresponde ao estágio do lançamento, o pagamento efetuado pelo contribuinte corresponde ao estágio da arrecadação, e a transferência dos valores à conta única do Tesouro corresponde ao estágio do recolhimento.

e) por se tratar de tributo sujeito a lançamento de ofício, o IPVA dispensa o estágio da previsão, etapa exclusiva das receitas não tributárias.

119. Quanto à classificação da despesa orçamentária, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, é correto afirmar:

a) a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, compõe-se, no mínimo, de categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo esta última destinada a evitar a dupla contagem de recursos transferidos entre entes ou entre órgãos e entidades de um mesmo ente.

b) em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a realização de empenho.

c) as despesas correntes e as despesas de capital constituem grupos de natureza de despesa, subdivididos, por sua vez, nas categorias econômicas investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

d) a modalidade de aplicação tem por finalidade identificar o objeto do gasto, tal como vencimentos e vantagens fixas, material de consumo e diárias.

e) o grupo de natureza de despesa "pessoal e encargos sociais" classifica-se, para fins constitucionais, como despesa de capital, por representar compromisso de longo prazo do ente federativo.

120. Um órgão público, após regular procedimento licitatório, firmou contrato com determinada empresa para o fornecimento de equipamentos de informática, emitindo, na sequência, a respectiva nota de empenho. Entregues os equipamentos, o servidor responsável atestou o recebimento no verso da nota fiscal, e o setor financeiro, após verificar a regularidade da documentação, autorizou a efetivação do crédito em favor do fornecedor, mediante ordem bancária. Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- a) o atesto do recebimento dos equipamentos, por si só, já configura o pagamento da despesa, sendo a ordem bancária mero ato de natureza financeira, estranho aos estágios da despesa orçamentária.
- b) a liquidação da despesa antecede, na ordem legal, o empenho, uma vez que somente após verificado o direito do credor é que se pode emitir a respectiva nota de empenho.
- c) a emissão da nota de empenho, o atesto do recebimento dos equipamentos e a emissão da ordem bancária correspondem, respectivamente, aos estágios do empenho, da liquidação e do pagamento da despesa pública.
- d) por se tratar de despesa decorrente de licitação, o estágio da liquidação é dispensado, procedendo-se diretamente do empenho ao pagamento.
- e) a ordem bancária corresponde ao estágio da liquidação, ao passo que o atesto do recebimento dos equipamentos corresponde ao estágio do pagamento.

121. Em razão de forte estiagem que atingiu diversos municípios, o Governador de determinado Estado, por decreto, abriu crédito para atender despesas de socorro emergencial às populações atingidas, indicando, na motivação do ato, tratar-se de despesa imprevisível e urgente decorrente de calamidade pública, com submissão do decreto à Assembleia Legislativa em até trinta dias. Considerando a Lei nº 4.320/1964 e a disciplina constitucional dos créditos adicionais, é correto afirmar que o crédito aberto

- a) classifica-se como crédito especial, uma vez que se destina a despesa para a qual não havia dotação orçamentária específica, dependendo, por isso, de prévia autorização legislativa e de indicação da fonte de recursos, sob pena de nulidade do ato.
- b) classifica-se como crédito suplementar, por se destinar ao reforço de dotação orçamentária já existente para ações de defesa civil, dispensando-se, ainda assim, a indicação de recursos correspondentes.
- c) é inconstitucional, por não ter sido precedido de autorização legislativa específica, sendo irrelevante, para esse fim, a natureza urgente e imprevisível da despesa.
- d) somente poderia ter sido aberto mediante lei em sentido formal, aprovada pela Assembleia Legislativa antes da realização da despesa, não se admitindo, no âmbito estadual, a abertura de créditos extraordinários por decreto.
- e) classifica-se como crédito extraordinário, espécie que, por sua natureza urgente e imprevisível, prescinde de prévia autorização legislativa e de indicação de recursos correspondentes, podendo ser aberto por decreto do Poder Executivo, com submissão posterior ao Poder Legislativo.

122. Sobre as fontes de recursos e a vigência dos créditos adicionais, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) os créditos suplementares e especiais, uma vez abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, incorporam-se automaticamente ao orçamento do exercício seguinte, independentemente de qualquer ato de reabertura.
- b) constituem fontes de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais, entre outras o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e a anulação parcial de créditos adicionais.
- c) os créditos suplementares, por não dependerem de indicação de recursos, podem ser abertos ainda que inexistente disponibilidade financeira efetiva, cabendo ao Tesouro suprir eventual insuficiência de caixa.
- d) o excesso de arrecadação, para fins de abertura de créditos adicionais, corresponde unicamente à diferença positiva apurada ao final do exercício entre a receita realizada e a receita prevista na lei orçamentária, não podendo ser utilizado no curso do próprio exercício.
- e) os créditos extraordinários, à semelhança dos créditos suplementares e especiais, têm sua vigência automaticamente estendida ao exercício seguinte, sempre que abertos nos últimos quatro meses do exercício de abertura.

123. Ao final do exercício financeiro, a unidade gestora de determinado órgão público verificou que uma nota de empenho relativa à aquisição de material de expediente, cujo fornecimento já havia sido efetivamente realizado e atestado pelo servidor responsável, ainda não havia sido paga ao fornecedor. Já outra nota de empenho, referente a serviço de manutenção predial ainda em execução, também não havia sido paga, tampouco liquidada, até o encerramento do exercício. Considerando a disciplina dos restos a pagar prevista na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- a) ambas as despesas deverão ser inscritas em restos a pagar processados, uma vez que já haviam sido objeto de empenho até o encerramento do exercício financeiro.
- b) a despesa com o material de expediente não pode ser inscrita em restos a pagar, por já ter sido integralmente executada pelo fornecedor, cabendo, nesse caso, apenas o pagamento direto à conta de despesas de exercícios anteriores.
- c) a inscrição em restos a pagar, em ambos os casos, é vedada quando o ente estiver nos últimos dois quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo, independentemente da existência de disponibilidade de caixa.
- d) a despesa com o material de expediente deverá ser inscrita em restos a pagar processados, por já ter sido liquidada, ao passo que a despesa com o serviço de manutenção predial, ainda não liquidado, deverá ser inscrita em restos a pagar não processados.
- e) somente a despesa com o serviço de manutenção predial pode ser inscrita em restos a pagar, uma vez que os restos a pagar destinam-se exclusivamente a despesas ainda não liquidadas ao final do exercício.

124. Um servidor público teve reconhecido judicialmente, em ação transitada em julgado no exercício de 20X3, o direito a uma vantagem pecuniária estabelecida em lei, relativa ao exercício de 20X1. Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que esse débito

- a) poderá ser pago à conta de dotação específica consignada no orçamento do exercício de 20X3, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica de exigibilidade.
- b) não pode mais ser satisfeito pela Administração, por ter ocorrido a preclusão do direito ao pagamento em razão do decurso do exercício financeiro a que se referia a despesa original.
- c) deve necessariamente ser pago mediante abertura de crédito extraordinário, por se tratar de despesa imprevista, ainda que não urgente.
- d) somente pode ser pago mediante inscrição em restos a pagar não processados, retroagindo-se os efeitos financeiros ao exercício de 20X1.
- e) deve ser objeto de crédito suplementar aberto no exercício de 20X1, ainda que já encerrado, mediante reabertura excepcional do orçamento daquele exercício.

125. Verificando, no segundo quadrimestre do exercício, que a receita realizada não comportaria o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo de determinado ente promoveu, por decreto, a limitação de empenho e de movimentação financeira de diversas unidades orçamentárias, segundo os critérios fixados na própria LDO, preservando, contudo, a integralidade das dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e das despesas constitucionalmente obrigatórias. Essa medida encontra amparo direto

- a) no art. 167, III, da Constituição Federal, que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.
- b) no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, que trata da vedação à contratação de restos a pagar no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.
- c) no art. 166, §9º, da Constituição Federal, que disciplina a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais.
- d) no art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000, que condiciona a realização de transferências voluntárias à comprovação de regularidade fiscal do ente beneficiário.
- e) no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, que determina a limitação de empenho e movimentação financeira quando verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais.

126. Um parlamentar estadual apresentou emenda individual ao projeto de lei orçamentária, destinando recursos a determinada ação de saúde em seu município de origem. Aprovada a LOA com a respectiva programação, o Poder Executivo, ao longo do exercício, deixou de executar integralmente a emenda, alegando impedimento de ordem técnica devidamente justificado perante a Comissão de Orçamento do Poder Legislativo. Considerando a sistemática do orçamento impositivo, consolidada a partir da Emenda Constitucional nº 86/2015, é correto afirmar que

- a) a obrigatoriedade de execução de emendas parlamentares individuais é incompatível com qualquer hipótese de não execução, ainda que fundamentada em impedimento técnico, configurando, nesse caso, omissão inconstitucional do Poder Executivo.
- b) a execução das emendas parlamentares individuais é, em regra, obrigatória, admitindo-se, contudo, o não cumprimento da programação quando verificado impedimento de ordem técnica, hipótese que deve ser devidamente justificada, sem que isso configure, por si só, violação ao orçamento impositivo.
- c) a execução de emendas parlamentares, por constituir despesa de iniciativa do Poder Legislativo, dispensa a observância dos limites de despesa obrigatória de caráter continuado eventualmente aplicáveis.
- d) somente as emendas de bancada estadual, e não as individuais, gozam de execução obrigatória, por força da Emenda Constitucional nº 86/2015.
- e) o impedimento de ordem técnica somente pode ser alegado pelo Poder Executivo em relação a emendas de bancada, sendo as emendas individuais insuscetíveis dessa exceção.

127. Sobre as normas gerais de finanças públicas e orçamento previstas na Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) é permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que a respectiva despesa seja custeada com recursos de operação de crédito por antecipação de receita, independentemente de previsão no plano plurianual.
- b) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, podem ser realizados pelo Poder Executivo, mediante decreto, sem necessidade de prévia autorização legislativa.
- c) é permitida a vinculação de receita de impostos a fundo ou despesa específica sempre que o Poder Executivo entender conveniente para a execução de política pública prioritária.
- d) A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias decorrentes de despesas primárias discricionárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.
- e) a concessão de vantagem ou aumento de remuneração pode ser realizada por ato administrativo, dispensada a necessidade de dotação orçamentária suficiente, desde que prevista no anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.

128. O governo de determinado Estado pretende conceder isenção de ICMS a um setor produtivo específico, por prazo determinado, como medida de incentivo econômico regional. Antes de encaminhar o projeto de lei ao Poder Legislativo, o órgão técnico da Secretaria de Fazenda elaborou estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia para o exercício de concessão e para os dois exercícios seguintes, demonstrou que a renúncia atendia ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias, bem como apontou que a medida havia sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, sem afetar as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias. Com base no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), é correto afirmar que, nessas condições, a concessão do benefício

- a) somente poderia ser concedida por convênio celebrado no âmbito do CONFAZ, sendo irrelevante, para fins de LRF, qualquer estimativa de impacto orçamentário-financeiro.
- b) é vedada, independentemente da estimativa de impacto realizada, por se tratar de isenção setorial, modalidade de benefício tributário não contemplada entre as hipóteses de renúncia de receita da LRF.
- c) exige, cumulativamente com a demonstração de compatibilidade com a estimativa de receita e as metas fiscais, a apresentação de medida de compensação por aumento de receita, sob pena de nulidade do benefício.
- d) dispensa, por se tratar de isenção e não de outra modalidade de benefício, qualquer estimativa de impacto orçamentário-financeiro, exigência aplicável apenas aos casos de anistia e remissão.
- e) atende a uma das condições alternativas exigidas pela LRF para a concessão de benefício tributário do qual decorra renúncia de receita, sendo dispensável, nessa hipótese, a previsão de medidas de compensação por aumento de receita.

129. Richard Musgrave classificou as funções do governo na economia em alocativa, distributiva e estabilizadora. A respeito dessas funções e de sua relação com o orçamento público, é correto afirmar:

- a) a função distributiva busca corrigir falhas de mercado associadas à oferta de bens públicos, mediante a provisão direta desses bens pelo Estado.
- b) a função estabilizadora é exercida exclusivamente por meio de políticas monetárias, não guardando qualquer relação com o orçamento público ou com a política fiscal.
- c) a função alocativa relaciona-se à provisão de bens e serviços que o mercado, por si só, não forneceria de modo eficiente, em razão de falhas de mercado, como a existência de bens públicos e externalidades, cabendo ao orçamento viabilizar essa provisão.
- d) as funções alocativa, distributiva e estabilizadora correspondem, respectivamente, às fases do ciclo orçamentário de elaboração, execução e controle.
- e) a função distributiva é alcançada exclusivamente pela oferta de bens e serviços públicos essenciais, ao passo que a função alocativa se realiza por meio de transferências diretas de renda a famílias de baixa renda.

130. No que concerne à vigência dos créditos adicionais e à disciplina dos créditos extraordinários, é correto afirmar:

- a) a vigência dos créditos suplementares pode ser estendida ao exercício seguinte, nos mesmos moldes aplicáveis aos créditos especiais, quando autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro de abertura.
- b) o crédito extraordinário aberto por medida provisória dispensa submissão ao Congresso Nacional, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Executivo.
- c) a abertura de crédito extraordinário exige, tal como a dos créditos suplementares e especiais, prévia autorização legislativa específica, distinguindo-se apenas quanto à indicação obrigatória dos recursos correspondentes.
- d) uma vez editada a medida provisória de abertura de crédito extraordinário, seus efeitos tornam-se definitivos, ainda que a medida provisória venha a perder eficácia por decurso de prazo sem conversão em lei.
- e) os créditos extraordinários, no âmbito federal, podem ser abertos por medida provisória quando destinados a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, hipótese em que a relevância e a urgência da medida são consideradas patentes pelo próprio texto constitucional.

131. Sobre a dívida ativa da Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) somente os créditos de natureza tributária podem ser inscritos em dívida ativa, sendo os créditos não tributários cobrados exclusivamente por meio de ação de cobrança comum, sem os privilégios processuais da execução fiscal.
- b) a dívida ativa compreende os créditos de natureza tributária e não tributária da Fazenda Pública, regularmente inscritos na repartição administrativa competente depois de esgotado o prazo fixado

para pagamento, gozando a certidão de dívida ativa de presunção relativa de certeza e liquidez.

- c) a inscrição em dívida ativa constitui o próprio crédito tributário, produzindo efeitos equivalentes ao lançamento, do qual, para todos os efeitos, prescinde.
- d) a presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é absoluta, não admitindo prova em contrário por parte do devedor.
- e) a dívida ativa, uma vez inscrita, não pode ter seu valor atualizado monetariamente até a data do ajuizamento da execução fiscal, sob pena de violação ao princípio da legalidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

132. Um servidor pretende receber duas aposentadorias à conta do mesmo RPPS, decorrentes de cargos que não poderiam ser acumulados constitucionalmente. A Constituição

- a) permite a acumulação desde que ambas sejam contributivas.
- b) permite se uma das aposentadorias for proporcional.
- c) veda a percepção, ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos constitucionalmente acumuláveis.
- d) permite a acumulação sem restrições após a EC nº 103/2019.
- e) condiciona a acumulação apenas ao teto remuneratório.

133. Determinada proposta legislativa pretende estruturar o custeio da Seguridade Social considerando de forma diferenciada a capacidade contributiva dos sujeitos responsáveis por seu financiamento. A proposta concretiza o objetivo da

- a) universalidade da cobertura.
- b) seletividade das prestações.
- c) equidade na forma de participação no custeio.
- d) uniformidade entre benefícios urbanos e rurais.
- e) irredutibilidade do valor dos benefícios.

134. O Estado Beta pretende criar um segundo RPPS e uma segunda entidade gestora apenas para os servidores do Poder Legislativo. Segundo a Constituição, a medida é

- a) vedada, pois deve haver apenas um RPPS e um órgão ou entidade gestora em cada ente federativo.
- b) permitida se aprovada por lei complementar estadual.
- c) permitida para cada Poder constitucionalmente independente.
- d) permitida quando houver segregação financeira.
- e) obrigatória quando o ente possuir mais de dez mil servidores.

135. Uma lei cria novo benefício da Seguridade Social sem indicar a respectiva fonte de financiamento. De acordo com a Constituição Federal, essa medida

- a) é válida se o benefício for assistencial.
- b) não é admitida sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) é válida se a despesa estiver prevista na lei orçamentária anual.
- d) somente é vedada para benefícios previdenciários.
- e) é admitida quando o benefício possuir caráter temporário.

136. Paulo, segurado do RGPS, faleceu deixando esposa, filho de 19 anos não emancipado e pai economicamente dependente. Para fins de pensão por morte, o pai

- a) concorrerá em igualdade com a esposa e o filho.
- b) somente poderá ser dependente se inexistirem dependentes da classe formada pela esposa e pelo filho.
- c) possui dependência econômica presumida e preferência sobre o filho.
- d) não pode ser considerado dependente do RGPS.
- e) será dependente independentemente da existência dos demais.

137. Carlos deixou de exercer atividade remunerada abrangida pelo RGPS e cessou suas contribuições. Não incidindo hipótese de prorrogação, ele manterá a qualidade de segurado por

- a) 3 meses.
- b) 6 meses.
- c) 9 meses.
- d) 12 meses.
- e) 24 meses.

138. Joana, segurada do RGPS, tornou-se incapaz para sua atividade habitual em razão de doença comum. Não se tratando de hipótese legal de dispensa, a carência exigida para o benefício por incapacidade temporária é de

- a) 12 contribuições mensais.
- b) 6 contribuições mensais.
- c) 10 contribuições mensais.
- d) 18 contribuições mensais.
- e) 24 contribuições mensais.

139. Maria faleceu mantendo a qualidade de segurada do RGPS, mas possuía apenas oito contribuições mensais. Seus dependentes requereram pensão por morte. Quanto à carência, o benefício

- a) exige 12 contribuições.
- b) exige 18 contribuições.
- c) exige 24 contribuições.
- d) exige 6 contribuições.
- e) independe de carência.

140. Pedro, segurado do RGPS, obteve guarda judicial de uma criança para fins de adoção. Presentes os requisitos legais, o salário-maternidade decorrente da adoção será devido por

- a) 30 dias.
- b) 60 dias.
- c) 120 dias.
- d) 90 dias.
- e) 180 dias.

141. José, segurado de baixa renda, foi recolhido à prisão em regime fechado. Presentes os demais requisitos legais, a concessão do auxílio-reclusão exige carência de

- a) 24 contribuições mensais.
- b) 12 contribuições mensais.
- c) 18 contribuições mensais.
- d) 36 contribuições mensais.
- e) nenhuma contribuição.

142. Ana avalia aderir a plano de previdência privada complementar. Nos termos da Constituição, esse regime é

- a) obrigatório e integrado ao RGPS.
- b) obrigatório para todo trabalhador remunerado.
- c) autônomo, porém de filiação obrigatória.
- d) facultativo e financiado exclusivamente pelo Estado.
- e) facultativo, autônomo em relação ao RGPS e baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.

143. Marcos exerce, simultaneamente, duas atividades remuneradas distintas, ambas abrangidas pelo RGPS. Nessa situação, ele é obrigatoriamente filiado

- a) apenas em relação à atividade de maior remuneração.
- b) apenas em relação à atividade exercida há mais tempo.
- c) somente por uma atividade, à sua escolha.
- d) em relação a cada uma das atividades.
- e) apenas se a soma das remunerações superar o salário mínimo.

144. Roberto aposentou-se pelo RGPS e, posteriormente, voltou a exercer atividade remunerada abrangida pelo mesmo regime. Quanto a essa nova atividade, Roberto

- a) está dispensado de filiação por já ser aposentado.
- b) pode optar por não contribuir.
- c) somente contribuirá se desejar nova aposentadoria.
- d) passa à condição de segurado facultativo.
- e) é segurado obrigatório e está sujeito às respectivas contribuições.

145. Determinado Estado instituiu regime de previdência complementar para seus servidores titulares de cargo efetivo. Nos termos do art. 40 da Constituição, o plano de benefícios oferecido deverá adotar

- a) somente a modalidade contribuição definida.
- b) somente a modalidade benefício definido.
- c) obrigatoriamente modalidade híbrida.
- d) qualquer modalidade escolhida pelo servidor.
- e) benefício definido para ativos e contribuição definida para inativos.

146. Uma empresa possui empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço. Entre suas obrigações previdenciárias está

- a) arrecadar as contribuições desses segurados, descontando-as de sua remuneração.
- b) exigir que cada empregado efetue pessoalmente seu recolhimento.
- c) recolher apenas a contribuição patronal, sem descontar a parcela dos segurados.
- d) transferir ao sindicato a obrigação de arrecadação.
- e) recolher a parcela dos segurados apenas quando houver autorização expressa deles.

147. O Estado Alfa mantém RPPS para seus servidores titulares de cargos efetivos. Segundo a Constituição, esse regime possui caráter

- a) exclusivamente contributivo, dispensado o equilíbrio atuarial.
- b) assistencial e facultativo.
- c) exclusivamente solidário.
- d) contributivo, mas não solidário.
- e) contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

148. João ocupa exclusivamente cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, em determinado Estado. Segundo a Constituição, João está submetido ao

- a) RPPS estadual obrigatoriamente.
- b) RGPS.
- c) regime de previdência complementar exclusivamente.
- d) regime previdenciário escolhido pelo Estado.
- e) regime próprio da União.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

149. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com

- a) a analogia, a equidade e os princípios gerais de direito.
- b) a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- c) a analogia, os costumes, os princípios gerais de direito e a equidade.
- d) a jurisprudência dominante, os costumes e a analogia.
- e) a analogia, os usos do lugar e a doutrina.

150. A personalidade civil da pessoa começa

- a) da concepção, para todos os efeitos.
 - b) do registro do nascimento no cartório competente.
 - c) do nascimento com vida, ficando a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
 - d) da concepção, ficando a personalidade resolvida se o nascimento não ocorrer com vida.
 - e) do nascimento com vida, sem qualquer proteção anterior ao nascimento.
-

151. Sociedade empresária mantém estabelecimentos em três Municípios diferentes. Quanto ao domicílio da pessoa jurídica, o Código Civil dispõe que

- a) apenas a sede estatutária é considerada domicílio.
- b) cada estabelecimento será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- c) o domicílio é o da residência do administrador.
- d) o domicílio será fixado pelo juiz, a requerimento do credor.
- e) o domicílio é o do estabelecimento de maior faturamento.

152. Compete privativamente à assembleia geral das associações

- a) aprovar as contas e fixar a remuneração dos empregados.
- b) admitir e excluir associados.
- c) alienar bens imóveis e contrair empréstimos.
- d) destituir os administradores e alterar o estatuto.
- e) eleger a diretoria e aprovar o regimento interno.

153. São considerados, para os efeitos legais,

- a) imóveis, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- b) móveis, os materiais destinados a alguma construção, ainda depois de nela empregados.
- c) imóveis, as edificações que, separadas do solo e perdida a sua unidade, forem removidas para outro local.
- d) móveis, os direitos reais sobre imóveis e as respectivas ações.
- e) móveis, o direito à sucessão aberta.

154. A validade do negócio jurídico requer

- a) agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei.

- b) agente capaz, objeto lícito e forma sempre escrita.
- c) agente plenamente capaz, objeto determinado e forma pública.
- d) agente capaz, objeto lícito, possível e determinado, e forma livre.
- e) agente capaz, objeto lícito, possível e sempre determinado, e forma prescrita ou não defesa em lei.

155. De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico nulo

- a) pode ser confirmado pelas partes.
- b) convalesce pelo decurso do tempo.
- c) não é suscetível de confirmação nem convalesce pelo decurso do tempo.
- d) produz efeitos até ser desconstituído por sentença.
- e) só pode ser alegado por quem o celebrou.

156. Consumada a prescrição, o devedor a ela renuncia expressamente, com prejuízo de um credor seu. Essa renúncia

- a) é válida, pois a prescrição já se consumara.
- b) é inválida, porque a renúncia da prescrição só pode ser tácita.
- c) é inválida, porque a prescrição é irrenunciável em qualquer tempo.
- d) só produz efeitos após homologação judicial.
- e) não vale, porque não pode ser feita em prejuízo de terceiro.

157. Quanto à decadência, o Código Civil estabelece que

- a) é válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- b) a decadência convencional deve ser conhecida de ofício pelo juiz.
- c) o juiz deve conhecer de ofício da decadência estabelecida por lei.
- d) a decadência convencional não admite renúncia.
- e) a decadência convencional deve constar de instrumento público.

158. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização

- a) será integralmente afastada.
- b) será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- c) será reduzida pela metade.
- d) permanecerá integral, por medir-se a indenização pela extensão do dano.
- e) dependerá de prévia condenação criminal do autor do dano.

159. Na obrigação de dar coisa certa, perdendo-se a coisa sem culpa do devedor antes da tradição,

- a) fica resolvida a obrigação para ambas as partes.
- b) responde o devedor pelo equivalente e mais perdas e danos.
- c) deve o credor aceitar coisa equivalente.
- d) responde o credor, a quem o risco se transfere desde a celebração.
- e) responde o devedor apenas pelas perdas e danos.

160. Nos termos do Código Civil, a liberdade contratual

- a) será exercida nos limites da função econômica do contrato.
- b) é ilimitada nas relações entre particulares.
- c) cede, como regra, à revisão judicial do contrato.

d) será exercida nos limites da função social do contrato.

e) afasta a exigência de boa-fé na execução do contrato.

161. A venda de ascendente a descendente, sem o consentimento expresso dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, é

- a) nula de pleno direito.
- b) anulável.
- c) válida e plenamente eficaz.
- d) ineficaz apenas perante terceiros.
- e) inexistente.

162. A posse direta, de quem tem a coisa temporariamente em virtude de direito pessoal ou real,

- a) anula a posse indireta.
- b) converte-se em propriedade após um ano e dia.
- c) caracteriza mera detenção.
- d) impede o exercício de ações possessórias pelo possuidor indireto.
- e) não anula a indireta, podendo o possuidor direto defender sua posse contra o indireto.

163. Sobre a mora, o Código Civil dispõe que

- a) o inadimplemento da obrigação positiva e líquida, no seu termo, constitui o devedor em mora de pleno direito.
- b) só há mora do devedor, e não do credor.
- c) o devedor em mora não responde pela impossibilidade da prestação que decorra de caso fortuito.
- d) o devedor incorre em mora ainda que não haja fato ou omissão a ele imputável.
- e) o devedor em mora responde pelos prejuízos, mas não pelos honorários de advogado.

164. Empréstado gratuitamente um veículo, sem prazo convencional, o comodatário deixa de restituí-lo depois de notificado. Nessa situação,

- a) presume-se o comodato oneroso desde a entrega.
- b) o comodante poderia ter suspenso o uso da coisa a qualquer tempo, independentemente de necessidade imprevista e urgente.
- c) o comodato, por não ter prazo convencional, é nulo.
- d) o comodatário, constituído em mora, pagará o aluguel da coisa arbitrado pelo comodante, até restituí-la.
- e) o comodante só pode reaver a coisa por ação judicial, sem outra consequência para o comodatário.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

165. Acerca dos princípios da legalidade e da anterioridade, previstos no art. 1º do CP, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da anterioridade exige que a definição do crime e a cominação da pena constem de lei em sentido estrito, motivo pelo qual é vedada a criminalização de condutas por medida provisória.
- b) O art. 1º do CP consagra somente o princípio da anterioridade, não alcançando a reserva legal, que decorre exclusivamente de norma constitucional.
- c) O princípio da reserva legal exige que a criminalização de condutas e a cominação das respectivas penas sejam realizadas por lei em sentido estrito, e o art. 1º do CP prevê ainda que não há pena sem prévia cominação legal.
- d) Os costumes, por serem fonte formal imediata do Direito Penal incriminador, podem criar tipos penais quando amplamente aceitos pela sociedade.

e) O princípio da legalidade admite a criação de crimes por analogia em prejuízo do agente, desde que a lei que serve de base seja anterior ao fato.

166. Sobre os crimes de falsidade de títulos e outros papéis públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Falsificar, fabricando ou alterando, selo destinado a controle tributário configura o crime de falsificação do selo ou sinal público, previsto no art. 296 do CP.
- b) Quem usa ou restitui à circulação papel falsificado a que se refere o art. 293 do CP, recebido de boa-fé, depois de conhecer a falsidade, incorre na mesma pena do caput.
- c) Fabricar, adquirir, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação dos papéis do art. 293 do CP é fato atípico, por constituir mero ato preparatório.
- d) Se o agente é funcionário público e comete o crime de falsificação de papéis públicos prevalecendo-se do cargo, a pena é aumentada de metade.
- e) Suprimir, em papel legítimo, carimbo ou sinal indicativo de sua inutilização, com o fim de torná-lo novamente utilizável, constitui crime, e incorre na mesma pena quem usa o papel depois de alterado.

167. Henrique, sócio administrador de uma sociedade empresária, adulterou lançamentos que constavam em um livro mercantil verdadeiro da sua empresa, com o fim de simular a regularidade de sua situação patrimonial perante uma instituição financeira.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) Henrique praticou falsificação de documento particular, prevista no art. 298 do CP, pois livros mercantis são documentos de natureza privada.
- b) Henrique praticou falsificação de documento público, prevista no art. 297 do CP, pois os livros mercantis se equiparam a documento público para os efeitos penais.
- c) Henrique praticou falsidade ideológica, prevista no art. 299 do CP, pois a alteração do conteúdo de documento verdadeiro configura sempre falsidade ideológica.
- d) Henrique praticou fato atípico, pois a alteração de livro mercantil somente configura crime quando causa prejuízo econômico a terceiro.
- e) Henrique praticou falsificação de documento público com aumento de pena de sexta parte, pois se valeu da condição de administrador da sociedade.

168. Rodrigo, servidor do setor de protocolo de uma Secretaria de Fazenda estadual, prevalecendo-se do cargo, inseriu em documento público, verdadeiro e por ele produzido, declaração diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) Rodrigo praticou falsificação de documento público, prevista no art. 297 do CP, pois o documento inserido é de natureza pública.
- b) Rodrigo praticou uso de documento falso, previsto no art. 304 do CP, pois utilizou o documento com declaração diversa da real.
- c) Rodrigo praticou falsidade ideológica, prevista no art. 299 do CP, sem qualquer aumento de pena,

pois a causa de aumento se aplica somente à falsidade material.

- d) Rodrigo praticou falsidade ideológica, prevista no art. 299 do CP, com aumento de pena de sexta parte, por ser funcionário público e ter praticado o crime prevalecendo-se do cargo.
- e) Rodrigo praticou prevaricação, prevista no art. 319 do CP, pois deixou de praticar ato de ofício para satisfazer interesse pessoal.

169. Acerca da falsidade documental, assinale a alternativa correta.

- a) Dar o médico, no exercício da profissão, atestado falso constitui crime, aplicando-se também pena de multa se o fato é cometido com o fim de lucro.
- b) Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja, é crime punido com a mesma pena, independentemente de o documento ser público ou particular.
- c) Destruir, suprimir ou ocultar documento público verdadeiro de que não podia dispor somente configura crime quando praticado por funcionário público.
- d) Atestar falsamente, em razão de função pública, fato que habilite alguém a obter cargo público configura falsidade material de atestado ou certidão, prevista no art. 301, §1º do CP.
- e) O crime de uso de documento falso, previsto no art. 304 do CP, alcança apenas os documentos públicos falsificados, referidos no art. 297 do CP.

170. Sobre o conceito de funcionário público para fins penais, previsto no art. 327 do CP, assinale a alternativa correta.

- a) Quem exerce função pública transitoriamente e sem remuneração, como o jurado, não é considerado funcionário público para os efeitos penais.
- b) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, mas não quem trabalha para empresa contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- c) A pena é aumentada da terça parte quando os autores dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.
- d) A causa de aumento do art. 327, §2º do CP aplica-se a qualquer ocupante de cargo efetivo que pratique crime contra a Administração Pública.
- e) A causa de aumento do art. 327, §2º do CP alcança os ocupantes de cargo em comissão em autarquias, pois estas integram a administração indireta assim como as fundações.

171. Elisa, servidora de uma agência estadual de arrecadação, não tinha a posse dos valores em dinheiro guardados no cofre de um setor vizinho ao seu. Porém, valendo-se da facilidade de acesso ao local que lhe proporcionava a condição de servidora, Elisa subtraiu R\$ 15.000,00 desses valores, em proveito próprio.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) Elisa praticou furto qualificado pelo abuso de confiança, pois a subtração recaiu sobre coisa alheia móvel
- b) Elisa praticou peculato-apropriação, previsto no art. 312, caput do CP

c) Elisa praticou concussão, crime tipificado no art. 316 do CP, pois obteve vantagem indevida em razão da função

d) Elisa praticou peculato mediante erro de outrem, previsto no art. 313 do CP

e) Elisa praticou peculato-furto, previsto no art. 312, §1º do CP, pois, embora não tivesse a posse do dinheiro, o subtraiu valendo-se da facilidade proporcionada pela qualidade de funcionária

172. Acerca dos crimes funcionais, assinale a alternativa correta.

a) A concussão somente se configura se a exigência da vantagem indevida for realizada no exercício da função, sendo atípica a exigência feita antes de assumi-la.

b) Configura excesso de exação a conduta do funcionário que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso que a lei não autoriza.

c) O funcionário que, após exigir pagamento de tributo indevido, desvia, em proveito próprio, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos, responde pelo crime de concussão previsto no caput do art. 316 do CP.

d) O crime de concussão, dada a maior gravidade da conduta, é apenado de forma mais severa que o crime de corrupção passiva.

e) O peculato mediante erro de outrem, previsto no art. 313 do CP, exige que o funcionário tenha induzido o particular a erro para receber o dinheiro ou a utilidade.

173. Otávio, aprovado em concurso público para o cargo de agente de fiscalização sanitária de um Município e ainda não empossado, solicitou ao proprietário de um restaurante a quantia de R\$ 30.000,00, prometendo que, depois de tomar posse, deixaria de aplicar multa e de interditar o estabelecimento, que apresentava irregularidades. O empresário recusou a proposta e comunicou o fato à Corregedoria antes de qualquer pagamento.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) Otávio praticou corrupção passiva, prevista no art. 317, caput do CP, pois o tipo penal alcança a vantagem solicitada antes de assumir a função, mas em razão dela, e o crime se consuma com a mera solicitação.
- b) Otávio praticou fato atípico, pois, na data da conduta, ainda não era funcionário público.
- c) Otávio praticou concussão, prevista no art. 316 do CP, pois solicitou vantagem indevida em razão da função que ocuparia.
- d) Otávio praticou tentativa de corrupção passiva, pois a vantagem indevida não chegou a ser recebida.
- e) Otávio praticou tráfico de influência, previsto no art. 332 do CP, pois solicitou vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público.

174. Sobre os crimes funcionais, assinale a alternativa correta.

- a) A prevaricação, prevista no art. 319 do CP, somente se configura se o funcionário receber vantagem indevida para retardar ou deixar de praticar ato de ofício.
- b) Configura condescendência criminosa a conduta do funcionário que deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, em razão de interesse pecuniário.
- c) A advocacia administrativa, prevista no art. 321 do CP, somente se configura se o interesse patrocinado for ilegítimo.

d) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, configura advocacia administrativa, sendo a pena maior se o interesse é ilegítimo.

e) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho, configura crime de prevaricação.

175. Márcia, empresária do ramo de importação, foi fiscalizada por um auditor fiscal estadual, que constatou irregularidades. Márcia ofereceu ao auditor a quantia de R\$ 10.000,00 para que ele deixasse de lavrar o auto de infração. O auditor recusou a oferta, lavrou o auto e comunicou o fato à sua chefia. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) Márcia praticou tentativa de corrupção ativa, pois o auditor recusou a vantagem oferecida.
- b) Márcia praticou fato atípico, pois a corrupção ativa exige a aceitação da oferta pelo funcionário público.
- c) Márcia praticou corrupção ativa consumada, prevista no art. 333 do CP, pois o crime se consuma com a mera oferta ou promessa de vantagem indevida.
- d) Márcia praticou tráfico de influência, previsto no art. 332 do CP, pois ofereceu vantagem para influir em ato de funcionário público.
- e) Márcia praticou corrupção ativa, com aumento de pena de um terço

176. Acerca dos crimes praticados por particular contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente ou a quem lhe esteja prestando auxílio, configura resistência, e, se o ato não se executa em razão dela, há a forma qualificada do delito.
- b) A resistência somente se configura se o ato legal deixar de ser executado, sendo atípica a conduta se o ato for executado apesar da violência ou da ameaça empregada.
- c) O crime de desacato, previsto no art. 331 do CP, somente se configura se a ofensa for praticada no exercício da função, sendo atípica a ofensa realizada ao funcionário fora da função, ainda que em razão dela.
- d) A usurpação de função pública, prevista no art. 328 do CP, é punida com reclusão, em qualquer hipótese.
- e) A pena cominada ao crime de resistência absorve a pena correspondente à violência empregada contra o funcionário.

177. Tiago ingressou no território nacional por via terrestre, em região de fronteira, transportando em seu veículo eletrônicos de procedência estrangeira, de importação e comercialização permitidas no país. Tiago, porém, deixou de pagar o imposto de importação devido pela entrada das mercadorias, ludibriando a fiscalização.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) Tiago praticou contrabando, previsto no art. 334-A do CP, pois ingressou com mercadorias de forma clandestina.
- b) Tiago praticou estelionato contra a Fazenda Pública, pois obteve vantagem ilícita mediante fraude em prejuízo do erário.
- c) Tiago praticou fato atípico, pois o inadimplemento de tributo é matéria de natureza exclusivamente tributária.

d) Tiago praticou descaminho, previsto no art. 334 do CP, pois iludiu, no todo ou em parte, o pagamento de imposto devido pela entrada de mercadoria.

e) Tiago praticou descaminho com pena aplicada em dobro, pois o crime foi cometido em região de fronteira.

178. O Secretário Municipal de Finanças de determinado Município, ao final do exercício financeiro, autorizou a inscrição em restos a pagar de despesa que não havia sido previamente empenhada e que, além disso, excedia o limite estabelecido em lei.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) O Secretário praticou emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no art. 315 do CP, pois deu aplicação diversa da estabelecida em lei.
- b) O Secretário praticou o crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar, previsto no art. 359-B do CP, que pune quem ordena ou autoriza a inscrição de despesa não previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
- c) O Secretário praticou o crime de não cancelamento de restos a pagar, previsto no art. 359-F do CP.
- d) O Secretário praticou o crime de ordenação de despesa não autorizada, previsto no art. 359-D do CP, com pena de reclusão.
- e) O Secretário praticou fato atípico, pois a inscrição irregular em restos a pagar configura somente infração administrativa.

179. O Governador de determinado Estado, em setembro do último ano de seu mandato, autorizou a contratação de uma empresa para o fornecimento de equipamentos hospitalares, com pagamento em duas parcelas, sendo a primeira em novembro do mesmo ano e a segunda em fevereiro do exercício seguinte. Havia disponibilidade de caixa suficiente apenas para a primeira parcela, não existindo contrapartida de caixa para a parcela remanescente. A contratação foi precedida de regular procedimento licitatório.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) O Governador praticou o crime de ordenação de despesa não autorizada por lei, previsto no art. 359-D do CP, pois a despesa não poderia ser integralmente paga no mesmo exercício financeiro.
- b) O Governador não praticou crime, pois a regularidade do procedimento licitatório afasta a tipicidade da conduta.
- c) O Governador praticou o crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura, previsto no art. 359-C do CP, pois autorizou a obrigação nos dois últimos quadrimestres do mandato, restando parcela a ser paga no exercício seguinte sem contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- d) O Governador somente praticaria crime se o sucessor no cargo deixasse de pagar a parcela remanescente, pois o tipo penal exige o efetivo inadimplemento da obrigação assumida.
- e) O Governador praticou o crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar, previsto no art. 359-B do CP, pois a segunda parcela seria paga no exercício seguinte.

180. O Prefeito de determinado Município, a cem dias do final de seu mandato, sancionou lei que concedeu reajuste geral de remuneração aos servidores públicos municipais, o que resultou em aumento da despesa total com pessoal. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) O Prefeito praticou fato atípico, pois o ato foi realizado por meio de lei, o que afasta a ilicitude penal da conduta.
- b) O Prefeito praticou o crime de assunção de obrigação no último ano do mandato, previsto no art. 359-C do CP, pois assumiu obrigação de pagamento sem disponibilidade de caixa.
- c) O Prefeito praticou o crime de aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura, previsto no art. 359-G do CP.
- d) O Prefeito praticou o crime de ordenação de despesa não autorizada por lei, previsto no art. 359-D do CP.
- e) O Prefeito praticou o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no art. 315 do CP.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
